



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

EDINA IÉ

**UM ESTUDO VARIACIONISTA SOBRE O USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE
DE ANTROPÔNIMOS NO FALAR CULTO DE FORTALEZA-CE**



FORTALEZA – CEARÁ

2021

EDNA IÉ

UM ESTUDO VARIACIONISTA SOBRE O USO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE
DE ANTROPÔNIMOS NO FALAR CULTO DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado acadêmico em Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Linha de Pesquisa: Multilinguagem, Cognição e Interação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aluiza Alves de Araújo

FORTALEZA – CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Ie, Edina.

Um estudo variacionista sobre o uso do artigo definido diante de antropônimos no falar culto de Fortaleza-ce [recurso eletrônico] / Edina Ie. - 2021.

85 f. : il.

Dissertação (MESTRADO ACADÊMICO) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Programa de Pós-graduação Em Linguística Aplicada - Mestrado Acadêmico, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof.^a Dra. Aluiza Alves de Araujo.

1. Sociolinguística Variacionista. 2. Antropônimos. 3. Fortaleza-CE. 4. PORCUFORT Fase I.. I. Título.

EDNA IÉ

UM ESTUDO VARIACIONISTA SOBRE O USO DO ARTIGO DEFINIDO
DIANTE DE ANTROPÔNIMOS NO FALAR CULTO DE FORTALEZA-CE

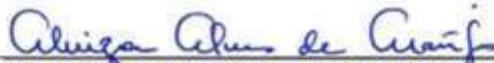
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado acadêmico em Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação.

Linha de Pesquisa: Multilinguagem, Cognição e Interação.

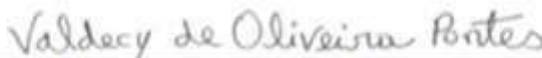
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aluiza Alves de Araújo

Aprovada em: 30 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Aluiza Alves de Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Valdecy de Oliveira Pontes
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Aos meus amados pais, a quem devo
toda a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Aluiza Alves de Araújo, que, com empenho, dedicação e paciência, orientou-me na execução deste trabalho; também, pela compreensão e pelo carinho a mim demonstrados. Aluiza é uma pessoa que carrega, em sua essência, exemplo de humanidade.

Agradeço à Universidade Estadual do Ceará, de modo especial, ao programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE (PosLA) e à CAPES, pelo estratégico apoio financeiro e valiosa oportunidade de conhecimentos críticos para a educação formal da minha pessoa enquanto ser em construção.

Aos secretários do PosLA, Ismael Rebouças e Jamille de Azevedo, pelo carinho e paciência que tiveram comigo.

Ao Prof. Dr. Francisco Victor Macedo Pereira, pelo incentivo desmedido e pelo apoio incondicional.

Aos meus amados pais, Lino Lé e Nené Té, que sempre me ensinaram a ser perseverante e acreditaram em meus sonhos, ainda que parecessem impossíveis. Gratidão pelos pais maravilhosos que vocês são para mim, pelo exemplo e pela confiança. Amo vocês eternamente.

Aos meus amados irmãos, Rolando Lé, Miguel Lé, Flavio Lé, Tomé Lé, Albino Lé e Valeria Lé, pelo apoio incondicional. Amo-vos eternamente.

Aos meus padrinhos, Victor Mario Nhaga e Albertina Fernando Mendonça, pelos conselhos e carinho que têm me dado durante minha estadia em Bissau.

Aos meus amigos Vaz Pinto Có, Vinicius Vieira, Ângelo José Chagas, e minhas amigas, Ana Maria Oliveira, Débora Leite e Raket Viana, por me incentivaram durante esta caminhada.

À minha amada filha, Ednira Lé Pedro Cá, por ser minha companheira de vida. Amo-te.

A Deus, das causas impossíveis pela vida, por estar sempre comigo e por colocar pessoas iluminadas em meu caminho, que, além de acreditar em meus sonhos, estão sempre dispostas a ajudar a realizá-los. Agradeço-lhe o amor e a existência de todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram no meu crescimento, tanto como pessoa quanto na vida acadêmica.

RESUMO

No presente estudo, objetivamos analisar, sob a perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista, proposta por Labov (1972), a ausência /presença de artigos definidos *o, a, os, as*, em contexto preposicionado, diante de antropônimos na fala culta de fortalezenses. A amostra desta pesquisa é composta por entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador), realizadas com 18 informantes do PORCUFORT Fase I (Projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza-CE), sendo 9 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, divididos em três faixas etárias a saber: (I - 22 a 35 anos; II- 36 a 55 anos; e III- 56 anos em diante). Para esta análise, utilizamos o programa estatístico Goldvarb X e testamos as seguintes variáveis independentes: número do artigo, número do sintagma nominal, presença de preposição, tipo de antropônimo, traços suprasegmentais, presença de designador, quantidade de palavras do antropônimo, *status* informacional, extensão silábica, faixa etária, sexo, tipo de registro, atitude do falante com relação ao antropônimo, proximidade com o falante e número do sintagma nominal. Desse modo, os resultados apontaram para um total de 281 de ocorrências de dados, sendo que 194 (69%) corresponderam à presença de artigo diante de antropônimos no contexto preposicionado. Já 87 dados (31%) na amostra analisada, suplantam a ausência. As variáveis linguísticas relevantes desta pesquisa foram: número do artigo definido, presença de preposição, *status* informacional, traços suprasegmentais, presença de designador e tipo de antropônimo. Já as variáveis extralinguísticas foram: sexo, faixa etária, intimidade do falante com relação ao antropônimo e atitude do falante com antropônimo. Assim, pode-se considerar que os falantes da referida comunidade usam, preferencialmente, o artigo definido diante de antropônimo para conservar o padrão linguístico da comunidade pesquisada.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista. Antropônimos. Fortaleza-CE. PORCUFORT Fase I.

ABSTRACT

In the present study, we aim to analyze the absence/presence of definite articles o, a, os, as, in front of anthroponyms in the cultured speech of people from Fortaleza, under the theoretical and methodological perspective of Variationist Sociolinguistics proposed by Labov (1972). The sample of this research is composed of interviews of the DID type (Dialogue between Informant and Documenter), conducted with 18 informants of PORCUFORT Phase I (Projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza-CE), 9 males and 9 females, divided into three age groups as follows: (I - 22 to 35 years, II- 36 to 55 years and III- 56 years onwards). For this analysis, we used the Goldvarb X statistical program and tested the following independent variables: article number, nominal syntagma number, presence of preposition, type of anthroponym, suprasegmental features, presence of designator, word count of the anthroponym, informational status, syllabic length, age group, gender, register type, speaker's attitude towards the anthroponym, proximity to the speaker and nominal syntagma number. The results obtained pointed out that the presence of the article before anthroponyms in the prepositional context in the sample analyzed supersedes the absence. The relevant linguistic variables in this research were: definite article number, presence of preposition, informational status, suprasegmental features, presence of designator and type of anthroponym. The extralinguistic variables were: gender, age group, speaker's intimacy with the anthroponym and the speaker's attitude with the anthroponym. Thus, it can be concluded that the speakers of this community preferentially use the definite article before anthroponyms.

Keywords: Variationist Sociolinguistics. Anthroponyms. Fortaleza-CE. PORCUFORT Phase I.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tabela 1 – Efeito do número do artigo sobre a presença de artigo diante de antropônimos.....	62
Tabela 2 –	Efeito da presença ou ausência da preposição sobre a presença de artigo diante de antropônimos.....	63
Tabela 3 –	Efeito da variável <i>extensão silábica</i> sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos.....	65
Tabela 4 –	Efeito da variável <i>quantidade de palavras do antropônimo</i> sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos.....	66
Tabela 5 –	Efeito da variável <i>tipo de antropônimo</i> sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos...	58
Tabela 6 –	Efeito da variável <i>presença do designador</i> sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos...	69
Tabela 7 –	Efeito da variável <i>faixa etária</i> sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos.....	70
Tabela 8 –	Efeito da variável <i>sexo</i> sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos.....	71
Tabela 9 –	Efeito da variável <i>atitude do falante em relação ao antropônimo</i> sobre a presença de artigo definido.....	72
Tabela 10 –	Efeito da variável <i>proximidade do falante com o antropônimo</i> sobre a presença do artigo.....	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.2	Teoria da Variação e Mudança Linguística	17
3	O ARTIGO DEFINIDO E ANTROPONÍMIA	30
3.1	O artigo definido.	30
3.2	A noção de antroponímia	33
3.3	Estudos variacionistas sobre o artigo definido diante de antropônimos	35
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
4.1	Caracterização da pesquisa	45
4.2	<i>Corpus</i> e amostra.....	46
4.3	Seleção dos dados.....	48
4.4	Envelope de variação e codificação dos dados.....	49
4.5	Ferramenta estatística	57
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	59
5.1	Frequências gerais	59
5.1.1	Atuação dos fatores linguísticos.....	60
5.1.1.1	<i>Número do artigo</i>	61
5.1.1.2	<i>Presença da preposição</i>	63
5.1.1.3	<i>Extensão silábica</i>	64
5.1.1.4	<i>Quantidade de palavras do antropônimo</i>	65
5.1.1.5	<i>Tipo de antropônimo</i>	67
5.1.1.6	<i>Presença de designador</i>	68
5.2	Atuação dos fatores extralinguísticos	70
5.2.1	Faixa etária	70
5.2.2	Sexo.....	71
5.2.3	Atitude do falante em relação ao antropônimo	72
5.2.4	Proximidade do falante com o antropônimo	72

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva sociolinguística, a variação linguística é uma questão consensual: todas as línguas naturais existentes no mundo sofrem variações em suas formas de uso real, isto é, a variação linguística é um fenômeno intrinsecamente do uso linguístico. De uma forma abrangente, o português brasileiro apresenta fenômenos variáveis que o tornam diferente, não só do português europeu, mas também, das variedades do português africano. Especificamente, o português brasileiro apresenta fenômenos variáveis em todo o seu território.

Diante disso, faz-se possível notar que cada falante, em seu espaço geográfico, possui suas características específicas e seus modos de uso da língua, que não devem ser deixadas de lado, pois muitas vezes somos julgados pela forma como falamos, acabando por nos limitar no compartilhamento dos nossos saberes. Nesse sentido, esta pesquisa tem o propósito de investigar o emprego do artigo definido, em contexto preposicionado, diante de antropônimos no falar culto de Fortaleza – CE, com base na Teoria da Variação e da Mudança Linguística (LABOV, 2008). Esse objeto tem despertado o interesse de diversos pesquisadores da linguagem, principalmente, os vinculados à Sociolinguística Variacionista (AMARAL, 2003; 2007; ALVES, 2008; CAMPOS JÚNIOR, 2011; FARIA, 2012; LIMA; MORAES, 2019; MOREIRA, 2015), que visam contribuir para o melhor entendimento de fenômenos variáveis; e, no caso específico desta pesquisa, a presença ou a ausência de artigo definido diante de nomes próprios (antropônimos), como em: (1) o C. *tem a ilusão de que vai conseguir alguma coisa...* (inq. 13 DID) ¹; (2) R. *que foi abrir três cinema numa vez...* (inq. 15 DID).

Nas ocorrências mencionadas anteriormente, nota-se que a presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos sugere que o artigo definido pode ocorrer junto ao núcleo nominal nessas funções sintáticas – objeto direto e objeto indireto. Além disso, pode-se perceber que, na primeira ocorrência, há a presença do artigo definido acompanhado de nome próprio; já, no segundo dado, há o nome próprio e a ausência do artigo definido. O artigo, de certa maneira, tem recebido, nos compêndios gramaticais (MOREIRA, 2015), uma abordagem reducionista, nos quais seus papéis morfológico e sintático não o distingue,

¹ Todas as ilustrações utilizadas, nesta pesquisa, foram retiradas dos inquéritos que constituem nossa amostra.

basicamente, dos outros elementos também considerados como determinantes, assim como o seu papel semântico não é diferenciado de outros itens gramaticais que, com ele, compartilham da mesma função dentro da língua. Moreira (2015) salienta que, mesmo entre os gramáticos tradicionais, por exemplo, não há um consenso no que diz respeito ao emprego do artigo e às orientações quanto ao seu uso, que muitas vezes, soam superficiais e aleatórias.

Bechara (2009), ao tratar desse mesmo fenômeno, assevera que “o artigo, quando usado junto a nomes próprios, denota familiaridade, porém o artigo pode ser omitido” Bechara (2009, p. 150). Assim, o autor ainda acrescenta que:

O uso mais frequente na linguagem culta, tendo em vista o valor já de si individualizar, dispensa o artigo junto a nomes próprios de pessoas, com exceção dos que se acham no plural. É tradição ainda só antepor artigo a apelidos: O Camões, o Tasso, o Vieira. Modernamente tem-se estendido a presença do artigo antes dos nomes de escritores, artistas e personagens celebres, principalmente quando usado em sentido: o Cristo, o Rafael figurado (BECHARA, 2009, p.186).

Nesse sentido, para Bechara (2009), o uso de artigo definido pode ser considerado opcional, uma vez que não há regras específicas a respeito do uso dessa regra variável. Ainda sobre o assunto, Cunha e Cintra (2013, p. 237) afirmam que “o nome próprio deveria dispensar o artigo. Mas, no curso da história da língua, razões diversas concorreram para que esta norma lógica nem sempre fosse observada”.

Desse modo, levando em consideração a escola como um espaço de aproximação de culturas, de saberes, de interesses, de necessidades, de experiências, dentre outras, pode-se afirmar que é um lugar no qual o docente estabelece condições para explicar com eficiência a heterogeneidade linguística. Nesse contexto, compreende-se a necessidade das formações continuadas, pois, nem sempre, os conhecimentos do professor dão conta da complexidade que a sala de aula apresenta. Ou seja, o professor como agente mediador do saber, levando essas questões que dizem respeito à heterogeneidade linguística, é uma das maneiras de contribuir na difusão da diversidade linguística.

Nessa linha, conforme revelam Alves (2008) e Amaral (2003) em seus estudos, cada comunidade pesquisada apresentava fatores diferentes para a ocorrência do artigo definido diante de antropônimos, fator que contribuiu para compreendermos melhor o papel da variação diatópica sobre o fenômeno, assim como esses trabalhos nos ajudaram na escolha de nossas variáveis e forneceram dados importantes para enriquecer a análise de nossos resultados.

A partir desse objeto, propomos esta questão central: como ocorre a presença do artigo definido diante de antropônimo na amostra examinada? Assim, elencamos as questões específicas: De que modo as variáveis linguísticas (número do artigo definido, quantidade de palavra de antropônimo, traços suprasegmentais, *status* informacional, presença de designador, extensão silábica, número do sintagma nominal e tipo de antropônimo presença de preposição) atuam sobre a presença do artigo definido diante de antropônimo na amostra analisada? De que maneira variáveis extralinguísticas (sexo, faixa etária, a atitude do falante em relação ao antropônimo e a proximidade do falante com antropônimo) influenciam a presença do artigo definido diante de antropônimo na amostra em estudo? O fenômeno em questão trata-se de um caso de variação estável ou há indícios de que estamos diante de um caso de mudança em progresso?

Para tanto, como possíveis respostas às questões apresentadas acima, elaboramos as seguintes hipóteses: dentre as variáveis linguísticas, a presença de preposição, o número do artigo definido, a extensão silábica e a quantidade de palavras do antropônimo favorecem a aplicação do artigo definido; dentre as variáveis extralinguísticas, a que condiciona mais fortemente a regra variável é o sexo (feminino); quanto à variável faixa etária, a que mais exerce influência no fenômeno em estudo é a faixa etária dos mais velhos (a partir de 50 anos); o fenômeno em questão apresenta indícios de um caso de mudança em progresso em direção à variante presença do artigo definido .

Neste trabalho, formulamos o seguinte objetivo geral: descrever o emprego do artigo definido diante de antropônimos no falar culto de Fortaleza - CE à luz da Teoria da Variação e da Mudança Linguística. Partindo desse objetivo geral, delineamos estes objetivos específicos: analisar as variáveis linguísticas que motivam a presença do artigo definido diante de antropônimos na amostra analisada; investigar as variáveis extralinguísticas que influenciam a presença do artigo definido na amostra em estudo; averiguar se o fenômeno examinado se trata de um caso de variação estável ou apresenta indícios de um fenômeno de mudança em progresso.

Assim sendo, o uso do artigo definido diante de antropônimos na língua portuguesa já foi estudado por pesquisadores, tais como Alves (2008) e Braga (2012). Diversos trabalhos, em âmbito nacional, têm demonstrado, também, variação no uso de artigo diante de nomes próprios (antropônimos) em diferentes regiões do Brasil, como revelam os estudos de Amaral (2003; 2007), Campos Júnior (2011) e Nazário

(2011). Todavia, notamos a ausência absoluta de pesquisas sobre o tema na variedade de fala fortalezense. Dessa forma, esta pesquisa contribue não só para a ampliação do conhecimento acerca do fenômeno analisado, mas, também, para o enriquecimento dos estudos sobre a variedade de fala fortalezense, que possibilita, conseqüentemente, um maior conhecimento sobre o português falado no Brasil.

Os estudos variacionistas que abordam o uso do artigo definido diante de antropônimo comprovam que não há pesquisa sobre este objeto no Ceará e, no Nordeste – encontramos apenas duas pesquisas sobre o fenômeno (SEDRINS; PEREIRA; SILVA, 2017; SIQUEIRA, 2013). Ademais, a realização deste estudo vem se somar aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos no Grupo de Estudos Sociolinguísticos de Fortaleza (SOCIOFOR) e no Laboratório de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará (LAPESCE), vinculados ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLA), ambos coordenados pela Profa. Aluiza Alves de Araújo – que é docente do referido programa.

Isto posto, os dados desta pesquisa são provenientes do Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (doravante PORCUFORT) que apresentam, ao todo, 73 informantes. Este banco de dados foi constituído, tendo o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob a coordenação do Prof. Dr. José Lemos Monteiro, com o objetivo de documentar e de descrever a variedade culta falada pelos fortalezenses. Atualmente, o *corpus* deste projeto encontra-se sob os cuidados da Profa. Dra. Aluiza Alves de Araújo. A nossa amostra é constituída por 18 informantes, extraídos, exclusivamente, do tipo de registro Diálogo entre o Informante e Documentador (DID). Tal escolha se justifica pelo fato de o DID revelar as características de um registro espontâneo, apresentando grande massa de dados com pouca interferência do documentador e com pouca sobreposição de vozes.

Diante de todo o exposto, cremos que a nossa pesquisa pode contribuir não só para um maior conhecimento da variedade linguística da comunidade de fala de Fortaleza-CE, mas, especialmente, para possíveis debates que possam ser realizados em torno do objeto estudado, podendo suscitar o interesse por novas pesquisas sobre o emprego do artigo definido dentro e fora da comunidade de fala examinada. Além disso, o leque de trabalhos que se utilizam do projeto PORCUFORT ampliar-se-á, visto que, até então, não há estudos publicados acerca do fenômeno examinado com os dados deste *corpus*.

A presente produção está organizada em cinco partes principais: 1) na introdução, expusemos o objetivo de estudo dessa pesquisa e sua delimitação, as questões e hipóteses levantadas, assim como objetivos que a norteiam; 2) na primeira seção, apresentam-se as bases teórico-metodológicas da Sociolinguística Variacionista, que fundamentam esse estudo; 3) na segunda seção, que é subdividida em outras três, tem-se: a) na primeira subseção, a revisão do surgimento do artigo definido em língua portuguesa; b) na segunda, trata-se da noção de antroponímia; e, c) na terceira subseção, encontram-se expostas as resenhas de trabalhos de cunho sociolinguístico que abordam o fenômeno da presença/ausência do artigo definido diante de antropônimos no português brasileiro; 4) na terceira seção, descreveremos os procedimentos metodológicos que orientam a pesquisa, apresentando o *corpus* escolhido, a amostra selecionada, o perfil do informante, o envelope de variação e a ferramenta estatística usada; 5) na quarta seção, destina-se à análise dos dados, de modo que se encontram descritos os resultados gerais obtidos com o uso do programa estatístico GOLDVARB X, revelando a atuação dos fatores linguísticos e extralinguísticos relevantes para a presença de artigo definido diante de antropônimos em nossa amostra; e por último, 6) dedicamos uma seção para as considerações finais.

A seguir, apresentamos o primeiro capítulo deste estudo que se debruça sobre a teoria laboviana, que serviu de suporte para o nosso estudo e outros estudos sociolinguísticos realizados no Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos-metodológicos da Sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; TARALLO, 1994), que alicerçam a nossa investigação.

2.1 Teoria da Variação e Mudança Linguística

A sociolinguística é uma subárea da linguística e da linguística aplicada, cujo surgimento se deu pela necessidade de um estudo que relacionasse a língua e o sujeito falante, ou seja, que levasse em consideração o estudo da língua no seu contexto social. Esse campo de conhecimento ganhou notoriedade a partir dos trabalhos apresentados por William Britney num congresso na Universidade de Califórnia, em 1964; e, depois, todos esses trabalhos foram publicados na obra intitulada *Sociolinguísticas*, em 1966. Nesta publicação, destaca-se o papel do falante na fala, ponto que era deixado de lado por estruturalistas e gerativistas.

Sendo assim, essa diversidade cultural, considerando o sujeito na fala, trata-se da identidade social do falante-ouvinte do contexto social, que influencia, fortemente, na produção da fala em si e do julgamento que o próprio falante faz do próprio uso do conhecimento. Posteriormente, William Labov destacou-se no cenário dos estudos sobre a língua, e desenvolveu a Teoria Variacionista, também conhecida como sociolinguística laboviana, mostrando como aspectos sociais, tais como, escolaridade, o sexo e faixa etária, interferem no uso da língua.

A linguística estruturalista teve como seu maior expoente, Ferdinand de Saussure, após a publicação póstuma do seu livro intitulado *Curso de linguística geral*, publicado em 1915. De acordo com Saussure (2006), a língua é um sistema de signos, e para compreendermos o estruturalismo, faz-se necessário levarmos em conta as dicotomias propostas. A primeira dicotomia estudada pelo autor, trata-se do significado/significante: 1) o significante seria a imagem acústica que formamos no nosso cérebro ao ouvirmos e ao falarmos algo. Por exemplo, se ouvirmos a palavra “gato” teremos a imagem acústica do que seria um “gato” na nossa mente; e atrelado a este, temos 2) o significado, que é um conceito atribuído àquela imagem acústica que criamos na nossa mente, que, no exemplo apresentado, seria a característica do “gato”. Assim sendo, é fundamental ressaltar que conforme Saussure (1972):

O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreite) psíquica de esse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la 'material', é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente, mais abstrato (SAUSSURE, 1972, p. 80).

Observa-se, a partir dessa citação, que a imagem acústica não é um fenômeno puramente concreto que pode ser tocado, mas sim, uma representação oriunda de nosso conhecimento psíquico. Além disso, nossa compreensão da imagem acústica ocorre por meio da oposição que fazemos do objeto representado com outro objeto; e sem essa relação, a representação acústica não teria sentido.

A segunda dicotomia abordada por Saussure diz respeito à língua e à fala (*langue/parole*), e para a linguística estruturalista, há uma primazia da língua em relação à fala. Assim, Saussure (1972, p.22) aduz que “a língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente [...]”. A partir disso, percebe-se que a língua é compreendida pelo teórico, como um sistema pronto que o falante deve apenas utilizar passivamente. Já em relação à fala, o autor contrapõe, afirmando que se trata de “um ato individual de vontade e inteligência [...]”. Desse modo, faz-se interessante observar que o autor compreende a fala somente na dimensão individual, isto é, como uma prática que se processa do interior para o exterior a partir da criatividade e da inteligência do falante. Na base dessa corrente linguística, percebe-se que a língua é vista socialmente, como uma convenção da coletividade; e a fala difere-se dela pelo caráter individual. No entanto, no ato da comunicação, fazem-se presentes vários fatores internos de interferência, quais sejam emocionais, contextuais, entre outros. Sendo assim, é importante perceber que a fala se faz relevante para a ocorrência da língua, não podendo ser separada do seu uso real.

A terceira dicotomia, por sua vez, trata-se da sincronia e diacronia. Para Saussure (2006), a sincronia tem a primazia pela diacronia, pois se define como o estudo da língua num determinado tempo e espaço. Assim, pode-se fazer um recorte da língua na linha do tempo para estudá-la em determinado contexto (estático, no caso). Quanto à diacronia, o estudo da língua incide nas mudanças apresentadas ao longo do tempo. Nesse caso, temos como exemplo o pronome de tratamento “vossa mercê”, que se transformou em “vosmecê”, evoluiu para “você”, e, provavelmente, poderá sofrer novas modificações.

A quarta e última dicotomia aborda a questão do eixo sintagmático e o eixo paradigmático. O primeiro, para o autor, trata-se da combinação de elementos linguísticos para formar a palavra ou sentença; enquanto o eixo paradigmático, diz respeito à relação de combinação entre os vários elementos. Vale frisar que diante dessa abordagem, podemos perceber que a linguística estruturalista apresenta algumas limitações em relação ao estudo da língua: estudá-la de *per se*, excluindo a fala (ou melhor, sem levar em consideração o sujeito, o contexto linguístico e sociocultural do falante), resulta na sua desvinculação com a realidade social, que, por sua vez, interfere no processo da construção linguística. Assim, ao desconsiderar o sujeito como um falante ativo-real, a corrente não abarcou algumas áreas que consideram a língua no seu contexto social, tais como a semântica, a psicolinguística, a sociolinguística, entre outras.

Nesse sentido, Bakhtin (1990) contrariou Saussure ao defender a ideia de que a língua possuía um caráter social que se realizava através de atos enunciativos nas diversas situações de interação discursiva. Para Bakhtin; Volochinov (2009, p. 128), “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Assim, considera-se a língua em seu dinamismo, como sendo um fenômeno que evolui de acordo com o contexto sociocultural e histórico, e não, como algo abstrato, como sustenta a teoria estruturalista.

À vista disso, outra importante abordagem da língua é a teoria gerativista, que teve como mentor, o linguista americano Noam Chomsky, e nasceu com o intuito de contrariar o estruturalismo americano. Para Chomsky (1975), a criança nasce com uma capacidade inata para falar qualquer língua, ou seja, é como se houvesse um dispositivo escrito em sua cabeça. A teoria gerativista teve seu início na década 60, através do livro denominado *Estruturas sintáticas*, escrito pelo autor. Desde então, há várias reformulações até agora sobre essa corrente de estudo da língua.

Assim sendo, Chomsky (1975) aduz que a língua é um conjunto de sentenças formadas pelos elementos linguísticos, e traz dois conceitos importantíssimos, quais sejam a competência e o desempenho. O primeiro, diz respeito a todo o conhecimento linguístico que o falante tem sobre uma determinada língua, que é responsável pela produção infinitamente ampla de sentenças dentro dela. O segundo, refere-se ao modo como o falante usa a competência, tanto que o

autor chama atenção para o fato de ela pressupor o desempenho, ou seja, é preciso a competência para ter o conhecimento sobre determinado sistema linguístico.

Nessa linha, entende-se que os fatores não linguísticos (emocionais: os sentimentos, as motivações, interesses, etc.) para produzir tal fala são pertinentes ao desempenho. Mas esses conhecimentos foram descartados, isto é, deixados de lado por Chomsky, pois não são importantes para a teoria linguística. Diante desse contexto, note-se que ambas as correntes, o estruturalismo e o gerativismo, deixaram de desenvolver a fala e desempenho, que são muito importantes para o desenvolvimento da linguagem. O estruturalismo deixou de lado a fala, pois partiu do pressuposto de que a fala tem a motivação, fatores internos do falante que vão influenciar no modo de se expressar. No gerativismo, podemos observar que o desempenho, que é o modo de dizer do falante, é deixado de lado.

Após esse pequeno respaldo sobre o estruturalismo e gerativismo, mais adiante, entenderemos como surgiu a sociolinguística, que visa entender a língua de uma forma diferente das correntes acima citadas.

Desse modo, de acordo com Calvet (2002), a conferência de 11 a 13 de maio de 1964, na cidade de Los Angeles, reuniu 25 pesquisadores de diferentes países e, dentre eles, encontrava-se o pesquisador William Labov. Neste cenário, em meados de 1960, Labov, sob a orientação de Uriel Weinreich, entra em cena, despertando em muitos, a vontade e a necessidade de dar um novo foco à língua, fazendo com que seus companheiros percebessem que havia muito mais do que postulou Saussure, que considerava a língua de forma homogênea. Sua tese sobre a mudança fonética dos habitantes da ilha de Martha's Vineyard, deu-lhe o título de percussor da Sociolinguística.

Falar da Sociolinguística sem abordar a Teoria da Variação e da Mudança Linguística é deixar de lado um de seus ramos mais importantes. Em termos gerais, entende-se que a Sociolinguística trata da relação entre a língua e a sociedade. O interesse crescente pelo estudo da linguagem em uso no contexto social favoreceu o surgimento de diferentes enfoques sobre uma grande variedade de assuntos que se denominam integrantes nesse campo de estudos. Portanto, torna-se necessário delimitar que essas investigações trabalham com o arcabouço teórico da área chamada Sociolinguística Variacionista, e também conhecida como Teoria da Variação e da Mudança Linguística, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (2006).

Devemos considerar que, neste enfoque, a contribuição de forças internas para a efetiva difusão das mudanças linguísticas não pode ser considerada sem levar em conta as influências externas, já que uma abordagem que considera apenas as pressões estruturais dificilmente será inteiramente satisfatória. Assim, parte-se do pressuposto de que “nem todas as mudanças são altamente estruturadas e nenhuma mudança acontece aleatoriamente. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos” (LABOV, 2008, p. 20), exigindo uma explicação. Nascimento (2014) assegura que a variação, conforme a sociolinguística laboviana, é uma característica primordial do sistema linguístico, passível da descrição e da explicação mediante a correlação do fenômeno variável aos fatores sociais e linguísticos que o condicionam e o controlam, pois, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental dos estudos variacionistas.

Sendo assim, os pressupostos teóricos utilizados pela abordagem variacionista permitem identificar a regularidade e a sistematicidade na comunicação diária, uma vez que a língua é uma instituição social e, como tal, não deve ser estudada sem considerarmos o contexto social, porque “somente quando se atribui significado social a tais variações é que elas são expressadas e começam a desempenhar um papel na língua” (LABOV, 2008, p.43). De outro modo, um estudo variacionista requer a compreensão da língua em uso por uma comunidade de fala, levando em consideração os fatores que condicionam o fenômeno linguístico a ser pesquisado. Para isso, consideramos as palavras de Labov quando afirma que: “a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida cotidiana por membros da ordem social” (LABOV, 2008, p. 13).

Neste contexto, os estudos de Labov, na Ilha de *Martha's Vineyard* e na cidade de Nova Iorque, foram pioneiros na análise de correlação entre as variações linguísticas e as diversidades no âmbito social de uma comunidade. Em seus estudos, o autor analisou casos de variação e verificou que ela é ordenada, padronizada e sistematizada. Labov ainda percebeu que os fatores sociais e linguísticos estão intimamente relacionados a essa variação e, por isso, devem ser considerados em uma análise que se disponha a entender os fatores que condicionam as mudanças linguísticas, como se pode observar nas palavras do autor:

A existência da variação e de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala investigadas está certamente bem fundamentada nos fatos. É a existência de qualquer outro tipo de comunidade de fala que deve ser posta em dúvida. [...] a heterogeneidade não é apenas comum, ela é o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais (LABOV, 2008, p. 238).

A partir disso, pode-se considerar que, para Labov, a “língua é uma forma de comportamento social” e o fenômeno linguístico deve ser descrito e interpretado no contexto social da comunidade de fala na qual estão inseridos os falantes que compartilham as mesmas normas relativas ao uso da língua. Nesse sentido, a observação do uso da língua dentro da comunidade de fala demonstra que a mudança envolve as circunstâncias linguísticas e as motivações sociais.

Sobre a noção de comunidade de fala, vale frisar que existem vários pontos de vista sobre esse conceito. Surgiu nos estudos de linguística histórica, filosofia da linguagem, antropologia, estruturalismo e dialetologia, e adentrou o campo da sociolinguística a partir dos anos 1960, sendo amplamente utilizada a partir de então (SEVERO, 2008). Entretanto, não há um consenso entre os estudiosos de diversas áreas sobre esse conceito, pois:

Trata-se de uma questão que apresenta grande controvérsia, tanto no que concerne ao estabelecimento de limites geográficos ou sociais, quanto no que toca aos critérios de demarcação de uso da língua. As definições se apresentam complexas demais, ora muito amplas ora pouco precisas, dependendo dos autores que as empregam, possibilitando, dessa forma, diferentes alcances e concepções. O termo tanto pode referir-se a grandes ou pequenas comunidades urbanas ou rurais, quanto a bairros e subgrupos (homens, mulheres, crianças) (SEVERO, 2008, p. 53).

A exemplo disso, Hymes (1974) assume os problemas e as restrições de aplicação do termo no âmbito da Antropologia:

É conhecida a dificuldade da noção de comunidade em si. Cientistas sociais estão longe de concordar sobre o seu uso. Devido aos nossos propósitos, parece ser mais útil reservar a noção de comunidade para uma unidade local, caracterizada para seus membros por localidade comum e pela interação primária (HYMES, 1974, p.51).

Embora não seja consensual, a noção de comunidade de fala é de grande relevância para os estudos sociolinguísticos variacionistas, pois, subjacente às diferentes concepções apresentadas, estão as ideais de que: (1) as comunidades de fala possibilitam ao pesquisador entender as origens da mudança linguística; e (2) a mudança não ocorre na abstração da linguagem, mas surge em decorrência das atividades dos falantes.

Para Labov, a no âmbito da sociolinguística, não se pode compreender a variação e a mudança linguística fora do contexto social da comunidade em que os usos linguísticos se encontram inseridos. Conforme autor, uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que utiliza as mesmas formas linguísticas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas em relação à língua (LABOV, 2008, p. 158). Ainda salienta que, tais normas seriam observadas a partir de julgamentos de valor (positivo ou negativo) atribuídos, conscientemente, pelos falantes a certos usos linguísticos. A cidade de Nova Iorque, por exemplo, é definida por Labov (1966, p. 125 *apud* SEVERO, 2008), como uma única comunidade de fala, porque é unida pela avaliação comum das mesmas variáveis que diferenciam os falantes.

Nesse sentido, Oushiro (2015) afirma que a noção de comunidade de fala de Labov é um conceito amplo, pois reúne falantes de todas as classes sociais que partilham uma avaliação comum das normas linguísticas usadas na comunidade. Assim, as pesquisas com comunidade de fala que seguem a orientação laboviana, tendem a considerar os falantes de modo estratificado, através de categorias sociais dadas (incluindo escolaridade, gênero, idade, profissão, etc.) relacionadas à ideia de classes sociais.

A partir disso, Gumperz (1995 *apud* OUSHIRO, 2015, p. 39) propõe uma outra noção de comunidade de fala, relativizando a generalização feita por Labov no que diz respeito a este conceito. Ao contrário de Labov, que prioriza as atitudes dos falantes, a noção de comunidade de fala proposta por Gumperz, orienta-se pelos usos linguísticos compartilhados entre indivíduos que mantêm uma certa frequência de interações discursivas. Para esse autor, no interior de uma mesma comunidade de fala no sentido laboviano, podem existir várias outras comunidades, uma vez que o termo comunidade é definido como “qualquer agregado humano caracterizado por interações regulares e frequentes, por meio de um corpo compartilhado de signos verbais, e diferenciado de agregados parecidos através de diferenças significativas” (GUMPERZ, 1972, p. 219 *apud* SEVERO, 2008, p. 4) dos usos linguísticos. Assim sendo, um grupo de jovens ou associações de moradores de um bairro podem ser consideradas comunidades de fala no sentido que o autor atribui ao termo. O que percebemos é que, enquanto Labov dá prioridade à noção uniforme e ampla de um grupo de indivíduos que compartilham normas sobre a língua, ignorando as diferenças individuais, Gumperz associa a concepção de comunidade de fala às diferenças

individuais e às interações entre as pessoas e, para tanto, lança mão da observação de aspectos como as interações face-a-face, as semelhanças linguísticas e a lealdade linguística.

Desse modo, Labov (1972), ao situar o estudo da língua no contexto social, propõe o estudo da estrutura e evolução da língua dentro da comunidade de fala. Ao afirmar isso, o autor buscou romper com as duas correntes (estruturalismo e gerativismo) que viam a língua como uma estrutura homogênea, formulada por regras categóricas que podiam ser estudadas fora do seu contexto social. Assim, entende comunidade de fala como aquela em que os falantes compartilham as mesmas normas e atitudes sociais perante uma língua ou variedade linguística:

A comunidade de fala não é defendida por nenhum acordo marcado no uso de elementos linguísticos, mas especialmente pela participação em um conjunto de normas compartilhadas. Estas normas podem ser observadas em tipos explícitos de comportamento avaliativo e pela uniformidade de padrões abstratos de variação invariáveis em relação aos níveis particulares de uso (LAVOB, 2008, p. 221-222).

Portanto, o autor apontou como principal característica que mantém uma relativa heterogeneidade em uma comunidade de fala, “as atitudes sociais em relação à língua que são extremamente uniformes numa comunidade de fala”. Ou seja, para ele, os membros da comunidade de fala não precisam ter, necessariamente, a mesma forma de falar, mas compartilham simplesmente uma série de avaliações sobre a comunidade de fala.

No entanto, percebemos que, mesmo havendo divergências entre as definições de comunidade de fala defendidas pelos estudiosos da área, o fato dos membros das comunidades de fala compartilharem normas sociais sobre os usos linguísticos é consensual para ambos. Conforme Oushiro (2015), a definição de comunidade de fala, como a de Labov e Gumperz, está baseada no sentido de compartilhamento de normas de variação nos usos linguísticos no interior de uma comunidade.

Dessa maneira, devemos salientar que a Sociolinguística tem por objetivo analisar e sistematizar variantes linguísticas utilizadas por uma mesma comunidade de fala. Em outras palavras, essa teoria pretende correlacionar aspectos da língua e da sociedade, identificando os grupos de falantes que possuem características em comum. Por isso, a unidade de estudo dessa teoria é a comunidade de fala e não o

indivíduo. Nesse sentido, é na comunidade de fala que o falante irá se valer de tudo o que está disposto no sistema linguístico para inserir-se nela e se fazer aceito.

Dentro do que estamos chamando de variação linguística, existem construtos teóricos que são muito importantes para os estudos variacionistas e precisam ser discutidos para que possamos passar adiante nas nossas discussões acerca da Teoria da Variação e Mudança Linguística. Como se sabe, os sociolinguistas buscam através da comunidade de fala, na qual, frequentemente, existirão formas linguísticas em variação – quando estão em concorrência duas formas, a exemplo dos pronomes *tu* e *você*. Portanto, toda a análise sociolinguística passa então a ser orientada pelas variações sistemáticas inerentes ao seu objeto de estudo, à comunidade de fala concebida como uma heterogeneidade estruturada. As formas em variação são denominadas de “variantes linguísticas”, que para Labov (2008), são diversas formas de dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A conjunto dessas variantes recebem o nome de “variáveis linguísticas”, que, por sua vez, são subdivididas em dependentes e independentes. A primeira diz respeito ao fenômeno que se detiver a estudar (como por exemplo, a variação sintática do artigo definido), sendo, portanto, as formas que estariam em competição: a presença ou ausência da regra do uso do artigo definido. O uso de uma ou outra variante é influenciado por fatores linguísticos (estruturais ou internos) e extralinguísticos (sociais ou externos).

Assim sendo, para Labov (2008), há variação em todos os níveis da língua, seja fonético-fonológica, morfológica, sintática, semântica, lexical e estilístico-pragmática. No entanto, acrescenta que essa variação não ocorre de forma aleatória, mas de uma maneira organizada e condicionada pelos fatores linguísticos e extralinguísticos. Assim, ao escolher a ilha de Martha's Vineyard como comunidade de fala para desenvolver sua pesquisa sobre mudança fonética, o autor verificou que a comunidade sofreu influências sociais causadas por “veranistas” do continente, e que os nativos, ressentindo-se de tal invasão cultural e econômica, marcavam a pronúncia dos ditongos (*ay* e *aw*) como forma de delinear não só seu espaço, mas também, sua identidade, sua cultura e seu perfil de comunidade e de grupo social. Quando iniciou a seleção das variáveis, o pesquisador se baseou em três propriedades úteis e na existência de critérios contraditórios, como podemos constatar a seguir:

Primeiro, queremos um item que seja frequente, que ocorra tão reiteradamente no curso da conversação natural espontânea que o comportamento possa ser mapeado a partir de contextos não estruturados e de entrevistas curtas. Segundo, deve ser estrutural: quanto mais integrado o item estiver num sistema mais amplo de unidades funcionais, maior será o interesse linguístico intrínseco do nosso estudo. Terceiro, a distribuição do traço deve ser altamente estratificada: ou seja, nossas explorações preliminares devem sugerir uma distribuição assimétrica num amplo espectro de faixas etárias ou outros estratos ordenados da sociedade. Existem alguns critérios contraditórios, que nos empurram para direções diferentes. Por um lado, gostaríamos que o traço fosse saliente, tanto para nós quanto para o falante, a fim de estudar as relações diretas entre atitudes sociais e comportamento linguístico. Mas, por outro lado, valorizamos a imunidade contra a distorção consciente, o que simplifica muito o problema da confiabilidade dos dados (LABOV, 2008, p. 26).

Assim, selecionadas as variáveis a partir dessas propriedades, Labov estabeleceu um modelo de entrevista, a fim de selecionar os exemplos para seu estudo os ditongos "/au/, como em house, e /ay/, como em right" (LABOV, 2008, p.27). Esse modelo era constituído de um questionário lexical, cujas perguntas se concentravam nas palavras que continham os ditongos que eram objeto do estudo; e de perguntas acerca de juízos de valor, com o intuito de explorar a orientação social dos informantes, formando respostas que continham as formas dos ditongos e possibilitando uma rica coleta de dados. Após as transcrições dos dados originais e a organização sistemática das variáveis, tais como sexo e idade, Labov chegou à conclusão de que "a variante conservadora, não-padrão e estigmatizada é a forma linguística mais fluente dentro da comunidade" (TARALLO, 1994, p. 14), uma vez que:

Os habitantes da ilha começaram a ressentir a invasão dos veranistas e a exploração econômica decorrente: assim, atitudes linguísticas são as armas usadas pelos residentes para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade, de grupo social separado. A tendência ao exagero da forma conservadora é ainda mais acentuada entre os jovens da comunidade que, após um tempo de permanência no continente, voltaram e se estabeleceram na ilha. [...] a língua poder ser um fator extremamente importante na identificação de grupos, em sua configuração, como também uma possível maneira de demarcar diferenças sociais no seio de uma comunidade (TARALLO, 1994, p. 14).

Apesar da conclusão a que chegou, Labov (2008, p. 61) admite que a pesquisa realizada na ilha de Martha's Vineyard encontrou limitações, em razão da variável principal não ser saliente (isto é, os ditongos não se sobressaíam nas análises), pois como o tamanho da amostra era reduzido (ou seja, a população da ilha era insuficiente), tornou-se "impraticável explorar com profundidade a reação subjetiva dos falantes nativos aos ditongos". Além disso, várias mudanças foram promovidas na estrutura da entrevista à proporção que os estudos progrediam. Por isso, Labov

(2008) considera que os estudos posteriormente realizados na cidade de Nova Iorque, trabalho da tese de doutorado dele, foram mais detalhados para a compreensão do mecanismo de mudança linguística da comunidade investigada.

Acerca das mudanças linguísticas, Labov (2008) orienta que se faz necessário considerar três problemas distintos: I) problema da transição, que consiste em traçar os estágios intermediários que causam a evolução da língua até o ponto de provocar a mudança linguística, como também sobre regularidade da mudança sonora e influência gramatical nas mudanças sonoras; II) problema de encaixamento, que se trata das formas da variação em observação, dos fatores linguísticos e extralinguísticos e nos desdobramentos da estrutura social – contextos linguísticos que favorecem um determinado tipo de mudança desencadeiam outras mudanças, em possíveis relações em cadeia; III) problema de avaliação, que consiste em encontrar os correlatos subjetivos (ou latentes) das mudanças objetivas (ou manifestas) observadas. Sendo assim, diante desses indicadores, podemos considerar que a explicação da mudança linguística perpassa por questões de causas provocadoras, de mecanismo e de função adaptativa.

Nessa linha, o autor ainda postula que a variação observada sincronicamente em um determinado ponto da estrutura da gramática de uma comunidade de fala, pode refletir um processo de mudança em curso na língua no plano diacrônico. Labov parte do pressuposto de que é possível captar mudanças em progresso através da análise distribucional-quantitativa das variáveis em diversas faixas etárias. Dessa maneira, há duas possibilidades: uma que o autor chama de análise em tempo aparente – em que as formas de distribuição indicariam a variação estável ou mudança em curso; e a outra se baseia nas observações feitas em tempo real, ou seja, na observação e confronto de dois ou mais períodos fechados de tempo.

Dessa maneira, o autor assevera que a resposta aos problemas baseados na interpretação dos dados em tempo aparente é resultado das observações feitas em tempo real. Sendo assim, nossa pesquisa é realizada em tempo aparente, a fim de verificar se o fenômeno variável estudado se trata de variação estável ou mudança em progresso.

Ainda sobre a variação linguística, vale lembrar que a sociolinguística se interessa pela heterogeneidade da língua. Isto é, as variedades linguísticas interferem no modo como falamos. Para isso, faz-se importante compreender tais variedades em 4 pontos essenciais que podem ocorrer em uma determinada língua –

lembrando que essas variam em diversos níveis. Portanto, para que ocorra a variação interna da língua, que seria o nível morfológico, sintático, fonético e semântico, há os fatores extralinguísticos que são sociais, tais como a idade, o sexo, a região, a escolaridade, entre outros fatores não mencionados.

A primeira variação é a variação histórica, que ocorre durante um determinado tempo ou ao longo do tempo. Por exemplo: em português já se escreveu em algum tempo atrás a palavra farmácia com “ph”, isto é, “pharmacia”. Mas hoje em dia, já não se escreve dessa maneira, ou seja, essa palavra e outras que tinham a sequência “ph”, perderam-na para o morfema “f” (também podemos citar o exemplo do pronome você, que era escrito “vosamecê”). A segunda variação é a chamada diatópica, que tem a ver com o regionalismo, isto é, o seu fator é o lugar no qual estamos falando. Por exemplo: no Ceará, chama-se de macaxeira; em São Paulo, chama-se de Mandioca; e outros lugares do Brasil, também se chama de aipim – tudo para referir a mesma coisa, resultando na variação de acordo com a região. A terceira variação, diz respeito à variação diafásica, que ocorre conforme a situação da interação verbal. Por exemplo: a forma como comunicamos com os amigos ou familiares em casa é diferente da maneira pela qual falamos na Universidade ou em outras instituições, principalmente, quando estamos dando uma palestra. No entanto, é o contexto, a situação que vai determinar o modo de dizer. Sendo assim, cada situação comunicativa vai envolver um fator diferente. Aqui, pode-se enquadrar a questão do formal e o informal. Por exemplo: no nível morfológico, que podemos dizer “vamos fazer ou vamos faze”. A quarta e última variação, a diastrática, trata-se do grupo social que criam um código linguístico para comunicarem naquele ambiente específico. Por exemplo: os médicos podem usar o nome técnico para se referir alguma coisa. Também os fatores, tais como o sexo, a escolaridade, a faixa etária e a classe social, que vão influenciar na forma como falamos. Por exemplo: uma pessoa que tem baixa escolaridade e baixa renda, provavelmente, não tem contato com a norma culta, também pode não possuir os livros para aprimorar a leitura que o faça desenvolver o conhecimento, e, assim, essa pessoa, certamente, não vai seguir a norma culta (ao contrário da pessoa que tem mais condição, ou seja, alta escolaridade).

Desse modo, faz-se relevante considerarmos dessas variações linguísticas para não haja o que Bagno (2008) nos orienta sobre o preconceito linguístico. A língua sempre foi “instrumento de poder” e prestígio. A exemplo disso temos o latim clássico,

por qual as instituições de poder como a igreja se valiam, e enquanto os padres rezavam a missa em latim clássico, as pessoas que falavam o latim um pouco mais vulgar, eram, de certa forma, estigmatizadas. Até hoje isso interfere: quem tem mais poder, fala a língua mais prestigiada, e as pessoas que fogem da norma culta, acabam sendo, de uma certa forma, ridicularizadas. É verdade que precisamos apreender a norma culta para escrevermos um texto bom, ter asserção social, etc., mas se faz importante saber, também, que não podemos julgar as pessoas pelo modo como falam, pois tudo tem um contexto e precisamos levar em conta o fator social. Assim sendo, considerando os cinco problemas empíricos que se propõem a explicar as questões relacionadas à mudança, trazemos, para a discussão, a questão do artigo definido, a noção de antroponímia e os estudos de cunho sociolinguístico que abordaram o fenômeno em estudo no capítulo a seguir.

3 O ARTIGO DEFINIDO E ANTROPONÍMIA

Conforme já informamos, neste capítulo, expomos um breve histórico sobre o surgimento do artigo definido em língua portuguesa, a noção de antroponímia e os estudos variacionistas que abordaram o artigo definido diante de antropônimo.

3.1 O artigo definido

Nesta seção, faz-se uma breve incursão histórica acerca do artigo definido na língua portuguesa. Assim, o desenvolvimento histórico tem seu surgimento no latim vulgar, e se concretizou em todas as línguas românicas como uma variação do latim culto ou padrão. Uma das explicações acerca do aparecimento do artigo definido encontra-se em Mendes (2000). A autora explica que há três causas para a manifestação do artigo: morfossintática, semântica-textual discursiva e pragmática-discursiva.

Quanto à causa morfossintática, Mendes (2000) afirma que o latim clássico era uma língua especialmente sintática e, com uso de um grande número de funções e relações entre as palavras, era expressa através de desinências e sufixos. Já, com o latim vulgar, ocorreu o contrário, uma vez que tomou um aspecto muito mais analítico, recorrendo, assim, aos verbos auxiliares, aos pronomes, às preposições e aos advérbios na expressão das relações entre os termos. A sintaxe do latim, por sua vez, é simplificada, especialmente, na ordem das palavras e na construção da sentença. Ainda sobre isso, Mendes (2000) menciona que a causa morfossintática envolve três aspectos: o primeiro fala sobre a criação da estrutura analítica da frase em oposição a uma estrutura sintática do latim clássico; o segundo aspecto diz respeito a perda do sistema de marcação de caso; e, por último, a perda do sistema de flexão das palavras, o qual marcava, entre outros, o gênero e número dos nomes.

Quanto à causa semântico-textual discursiva para a origem do artigo, a autora afirma que está relacionada à perda da carga semântica do *ille*. Já, para a causa pragmático-textual discursiva, embora a autora não detalhe muito a respeito, entende-se que o artigo tem sua origem na função de referir-se a uma pessoa ausente, mas conhecida pelo ouvinte-falante, porque já havia sido citada no discurso pelo falante.

Ainda no que se refere ao surgimento do artigo, Nazário (2011, p. 3) explica que a presença do artigo em português deve-se às transformações sofridas ao longo do tempo na passagem do Latim Clássico para o Latim Vulgar, e deste para o Português. Mas, principalmente, o aparecimento do Português derivou do complexo sistema de demonstrativos latinos *ille*, na forma de acusativo, como determinador dos substantivos, além de marcador do gênero. Na passagem do Latim Clássico para o Latim Vulgar, com todas as mudanças e perdas que esta passagem ocasionou, certos mecanismos funcionais próprios dos demonstrativos latinos desapareceram, havendo, então, a necessidade de restituir de maneira possível essas perdas.

Nessa linha, outra explicação sobre o artigo definido encontra-se no trabalho de Alves (2008), em que o autor assevera que o artigo definido é considerado como uma categoria² morfológica que não existia no latim clássico. No entanto, essa classe de palavra apenas aparece nos últimos períodos do latim vulgar e em alguns escritos latinos, e os estudiosos do português arcaico interessavam-se no artigo só do ponto de vista morfológico. Nessa concepção, o artigo é visto como categoria gramatical, uma vez que se associa ao substantivo para construir um grupo nominal, ou seja, sintagma nominal (SN). Em outras palavras, o artigo atua como determinante do substantivo, designando o seu gênero e seu número. Isto explica o fato de alguns estudiosos conceituarem o artigo definido como expressão de uma categoria do nome, isto é, categoria da determinação.

Diante deste contexto, há um acordo entre as gramáticas tradicionais de diversas épocas em definir o artigo como uma palavra que antecede o substantivo para determiná-lo ou indeterminá-lo. Portanto, os artigos definidos são: a, o, as, os, os quais marcam a determinação; e os indefinidos são: um, uma, uns e umas, que, por sua vez, marcam a indeterminação da pessoa referente em relação ao ouvinte.

No que tange ao artigo definido, foco de nossa atenção, é notável que Braga (2012) parece compartilhar as mesmas observações sobre artigo definido. Isto acontece quando a autora assegura que o artigo definido é classificado como um determinante, um individualizador do substantivo, pois ocorre em função de antecipar o nome e indicar as informações que ele carrega, notadas tanto pelo falante como pelo ouvinte, uma vez que esse processo de definição ou indeterminação é destacado pela gramática como artigo indefinido. Além disso, Braga (2012) reforça que essa

² Categoria aqui mencionada, foi o termo usado pelas autoras para referir-se ao artigo definido. Para mais informações, consultar Alves (2008) e Braga (2012).

categoria se antepõe ao substantivo, indicando que se trata de uma pessoa já conhecida pelo falante (usa-se artigo definido), ou não (neste caso, usa-se artigo indefinido), como se observa nos dois exemplos retirados de nossa amostra: (3) *O Carlos já entrou aqui nessa história [...]* (PORCUFORT, DID, 02); (4) *Ribeiro que foi abrir três cinemas [...]* (PORCUFORT, DID, 02).

Diante disso, vale ressaltar que o artigo definido diante de antropônimos, na modalidade falada do português brasileiro, e diante de nomes próprios (doravante antropônimos), constitui um caso de variação linguística, já demonstrado em diferentes estudos que se detiveram a explicar o fenômeno com base nos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, tais como o de Moreira (2015), Callou (2000), Amaral (2003) e Celso; Cunha (2013).

Nesse sentido, Callou (2000) partiu de um ponto de vista histórico, que visava refletir sobre a evolução da língua portuguesa no Brasil. Para a autora, o emprego do artigo definido está relacionado ao fenômeno da 'definitude'. Verifica-se que, em algumas línguas, o uso do artigo definido estendeu-se a outras indicações, por exemplo, dispensando o seu emprego, ou seja, a inexistência dessa marca. Além disso, observa-se que, em várias línguas, ainda há a marca superficial do *status* definido que corresponde ao próprio artigo.

Desse modo, de acordo com Moreira (2015), as gramáticas normativas abordaram o artigo como responsável pela determinação ou indeterminação do substantivo e, em relação ao uso diante de nomes próprios, funciona como índice de familiaridade ou intimidade que o falante tem com a pessoa mencionada. Assim, Celso Cunha (2013) acrescenta que o artigo é a palavra que se antepõe aos substantivos para indicar que se trata de um ser claramente conhecido do falante. Para o autor, o nome próprio de pessoa, seja de família ou de batismo, não leva artigo, sobretudo, quando esse é anteposto aos personagens conhecidos. Por outro lado, o autor frisa que há quatro casos em que o artigo definido poderia ser empregado com nomes próprios de pessoas: 1) quando o nome de pessoa vem acompanhado de qualificativo; 2) quando o nome de pessoa vem acompanhado de determinativo ou qualitativo denotados de um aspecto, de uma época, de uma circunstância da vida do indivíduo; 3) quando se pretende atribuir ao nome próprio um sentido depreciativo; e 4) quando o nome de pessoa vem enunciado no plural.

Assim sendo, Cunha (2013) fez, ainda, algumas observações no que se refere ao uso do artigo definido: uma dessas observações explica que "na língua

popular e no trato familiar é muito notável no Brasil a anteposição do artigo definido diante de nomes de batismo de pessoas, que lhe dá, um tom de familiaridade” (CUNHA, 2013, p. 239). Faraco e Moura (1996) corroboram o posicionamento de do autor em relação ao uso do artigo definido, pois, para eles, o artigo definido é empregado geralmente quando o ser em questão já foi mencionado anteriormente ou já é conhecido. Os autores acrescentam que, diante de nome de pessoa no singular, o artigo pode ou não ser empregado, e o uso do artigo diante de antropônimo está ligado a questões diatópicas, pois, "em muitas regiões do Brasil e de Portugal, o emprego do artigo definido antes de nome de pessoa confere um certo tom de familiaridade ou afetividade" (FARACO; MOURA, 1996, p. 187).

À vista disso, é possível perceber que os próprios gramáticos apresentam um olhar diverso no que diz respeito ao emprego do artigo definido, uma vez que não indicam uma regra específica que explique o fenômeno em discussão, embora apontem as mesmas informações para o surgimento do artigo definido em língua portuguesa (a exemplo do pronome *ille*, que mencionam essa influência histórica para o aparecimento do artigo em língua portuguesa).

Após a apresentação acerca do surgimento do artigo definido diante de antropônimos, passemos a explanar, na próxima subseção, a noção de antropônimo.

3.2 A noção de antroponímia

Nesta subseção, abordaremos a noção de antroponímia e topônimo com base em alguns estudos já realizados. Assim, Xavier (2011) frisa que a antroponímia está inserida no estudo do léxico, faz parte do campo de estudo da Lexicologia e do estudo do léxico da Onomástica, que tem por objetivo investigar os nomes próprios de todos gêneros, envolvendo uma pesquisa em torno de sua origem e dos processos de denominação sofridos com o passar do tempo em relação às línguas ou dialetos.

Nesse sentido, Seide e Frai (2019) ressaltam que a onomástica é considerada uma parte da linguística que possui ligações com a história e a geografia. Conforme apontam as autoras, a onomástica está dividida em duas áreas: a toponímia e a antroponímia. No primeiro caso, trata-se do estudo de nomes próprios de lugares, avaliando sua origem, evolução e da forma como eles foram conceituados nos mais diversos idiomas. Antroponímia, por sua vez, é o estudo dos nomes próprios de pessoas, podendo ser uma avaliação dos prenomes ou dos sobrenomes,

pesquisas que são de grande importância para a história, a cultura, as instituições, etc. Os estudos em antropônimo buscam explicar a origem dos nomes e a evolução, a variação que eles recebem em função das diferentes localidades e épocas e dos diferentes costumes (SEIDE; FRAI, 2019, p. 69).

Os antropônimos, para Seide e Frai (2019), podem ser classificados pelo uso, pela origem do nome ou pela alteração. Quando se trata do uso, levam-se em conta os nomes de batismo, os sobrenomes de família e os apelidos, ou alcunhas que estão sujeitos a receber. Já, no caso da abordagem pela origem do nome, avalia-se a influência da localidade no nome das pessoas. Outra explicação a respeito disso, encontra-se em Amaral (2011), ao afirmar que, quando nos referimos a nomes próprios, geralmente, incluímos uma série de membros bastante homogêneos nessa classe. Razão pela qual, existem várias tentativas de classificá-los. Esse mesmo autor defende a posição de que, apesar de os antropônimos constituírem uma subclasse dos nomes próprios, eles não têm uma classificação homogênea, e propõe uma classificação para os nomes próprios, sendo divididos em dois grupos, a saber: ortônimos e alônimos. Os ortônimos seriam os nomes que constam no registro civil, enquanto, os alônimos, seriam aqueles que não correspondem aos nomes oficiais, e não estando no registro civil, subdividem-se em: 1) hipocorísticos, que são aqueles formados por uma mudança morfológica de outros sobrenomes; 2) apelido ou alcunha, que “é atribuído ao indivíduo geralmente por outra pessoa, alude a uma característica física ou intelectual podendo ou não ser depreciativo” (AMARAL, 2011, p.72); 3) pseudônimo ou codinome, que é usado no lugar do nome civil – diferente do apelido pelo fato de ser escolhido pelo portador do antropônimo; 4) heterônimo, que ocorre quando o portador do antropônimo cria o nome de uma pessoa fictícia; 5) nome artístico ou nome de palco, que é aquele pelo qual a pessoa é conhecida em seu trabalho profissional ou em casa; e 6) nome de guerra, que, em princípio “poderia ser confundido com o nome artístico. Mas ele tem uma abrangência maior, na medida em que não se aplica apenas ao meio artístico” (AMARAL, 2011, p. 75).

Assim sendo, Silva (1996), em seu estudo sobre a ausência/presença de artigo diante de antropônimo³ e pronomes possessivos, conta que os antropônimos constituem-se de dois grupos de fatores. Primeiro grupo: a familiaridade de tratamento

³ Vale frisar que Silva (1996) não usou o termo antropônimo como foi exposto acima, a pesquisadora usou o termo “patronímico” para se referir a nomes próprios de pessoas (antropônimos).

com referência ao nome de família e de batismo; e o segundo grupo: trata-se do domínio público caracterizado pelo grau de intimidade que o falante tem com a pessoa mencionada. Para isso, a autora explica:

A familiaridade que o falante tem acerca da entidade mencionada faz com que o falante se empenhe em definir melhor a entidade quando considera que o ouvinte não compartilha com ele esse conhecimento; a familiaridade que o falante tem acerca da entidade faz com que ele aumente a realização do artigo. Então, os nomes próprios (antropônimos) de entidades familiares como batismo ou apelido, têm mais artigo do que os nomes não familiares (SILVA, 1996, p. 139-140).

Com base nesse trecho, pode-se perceber que o grau de parentesco tem sido fundamental no que diz respeito ao uso do artigo definido diante de nomes próprios para especificar o indivíduo já conhecido pelo falante. Na próxima subseção, trataremos dos estudos de cunho sociolinguístico que estudaram a presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos, conforme se apresenta abaixo.

3.3 Estudos variacionistas sobre o artigo definido diante de antropônimos

Nesta subseção, apresentamos os estudos que trataram do artigo definido sob o viés variacionista. Para tanto, destacamos, em primeiro lugar, todos os trabalhos feitos no Estado de Minas Gerais; em seguida, elencamos os que foram desenvolvidos no estado de Pernambuco; e, por fim, um no Estado do Espírito Santo. Estes estudos são apresentados por ordem cronológica, partindo da pesquisa mais antiga para a mais recente.

Nessa linha, Farias e Dias (2017) examinaram ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, na variedade do português falada em Ponte Nova e Ouro Branco, ambas localidades mineiras. Mendes (2017), por sua vez, estudou a ausência/presença de artigo definido diante de nomes próprios na variedade falada pelos moradores da zona rural de Matipó-MG e Abre Campo-MG. Braga (2012) analisou ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos nos falares mineiros de Mariana e Uberaba. Faria (2012) pesquisou ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos, na variedade falada em Belo Horizonte-MG. Alves (2008) pesquisou a variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na variedade linguística de Belo Horizonte MG. E, por último, Amaral (2003) investigou a ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos no

falar de três cidades de Minas Gerais, Campanha, Minas Novas e Paracatu. Sedrins, Pereira e Silva (2017) estudaram o uso do artigo definido diante dos pronomes possessivos na variedade do português falado em duas cidades Carnaíba e Serra Talhada, ambas pertencentes ao Sertão de Pernambuco. Siqueira (2013), analisou a ocorrência de artigo definido diante de possessivos pré-nominais e antropônimos em dados de fala já pesquisados por Sedrins e Pereira (2011) no estado de Pernambuco. Campos Júnior (2011) estudou a variação morfossintática de artigo definido diante de antropônimos, na variedade capixaba, em Vitória-ES. A seguir, apresentamos, brevemente, os trabalhos supracitados, destacando os principais resultados de cada um, iniciando com o estudo de Amaral (2003), e assim em diante.

Nesse sentido, Amaral (2003) objetivou descrever, com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Dialetoologia associados à Sociolinguística variacionista, a ausência/presença do artigo definido diante dos antropônimos em três localidades de Minas Gerais, a saber, Campanha (no Sul do Estado de Minas), Minas Novas (no Vale do Jequitinhonha) e Paracatu (no Nordeste do Estado), buscando apresentar condicionadores da realização ou não do artigo. O *corpus* foi composto por entrevistas orais contemporâneas, realizadas pelo próprio pesquisador. Assim, selecionou falantes das três regiões, dividindo-os em dois grupos etários: 18 e 30 anos e acima de 50 anos e dois níveis de escolaridade (pessoas analfabetas ou com apenas poucos anos de escolaridade e pessoas com ensino médio ou ensino superior). Além desses fatores extralinguísticos, foram analisados os seguintes fatores linguísticos: grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada, ausência/presença de título, posição do antropônimo no turno conversacional, presença do antropônimo em estrutura de genitivo e antropônimo como item de uma enumeração. Foi utilizado o programa estatístico *Goldvarb/2001*.

Os resultados obtidos pelo pesquisador mostraram que cada comunidade pesquisada apresentava fatores diferentes para a ocorrência do artigo definido diante de antropônimos, ponto que revela a importância do papel da localização geográfica do falante para o fenômeno em análise. Na cidade de Campanha, Amaral (2003) encontrou, na distribuição das variantes, mais casos de presença que ausência de artigo definido diante de antropônimo (75% de presença), sendo que os fatores considerados significantes pelo programa estatístico para esse município, foram:

- 1) A posição do antropônimo no turno conversacional: que apontou que a presença do artigo era mais relevante quando o antropônimo não se encontrava na posição inicial do turno conversacional;
- 2) O grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada: que indicou que a ocorrência do artigo era mais frequente nos contextos em que os falantes se referiam às pessoas públicas na região e do meio social em que conviviam, e menos frequente quando se referiam as pessoas famosas nacionalmente (AMARAL, 2003, p.106).

Nesse trecho, pode-se perceber que o grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada, o falante tende a fazer uso do artigo definido quando esses falantes se referiam a pessoa famosa ou conhecida nacionalmente. Para a cidade de Minas Novas, o resultado foi diferente, a percentagem no controle do fator intimidade foi de 61% de não ocorrências. Com relação à faixa etária, o pesquisador verificou que os falantes de 18 a 30 anos usam com maior frequência, o artigo definido diante de antropônimos que os falantes do grupo com mais de 50 anos.

Por último, em Paracatu, 52% das realizações deram-se sem o uso de artigo definido. Nessa comunidade, os fatores mais favorecedores foram: faixa etária (o grupo mais jovem realiza mais sentenças com artigo definido); nível de escolaridade (pessoas com mais escolaridade tendem a fazer menor uso do artigo definido em situação semelhante); já a posição no turno conversacional (o antropônimo na posição inicial do turno conversacional), desfavorece a realização do artigo definido diante de antropônimo. Vale salientar que, no estudo de Amaral (2003), não foi apresentado o total de ocorrências obtidas na análise, como no caso do estudo de Alves (2008).

Nesse sentido, Alves (2008) estudou a variação presença/ausência de artigo definido diante de antropônimo, com base em dois *corpora*. Um foi constituído por 16 informantes da cidade de Barra Longa-MG que foram residir em Belo Horizonte-MG, do qual ela denomina grupo de Belo Horizonte, foram coletados 1.163 dados que indicam a predominância da ausência do artigo definido em 85% e presença de 15%. Isto implica dizer que os jovens residentes em Belo Horizonte demonstraram preservar a estrutura linguística de sua cidade de origem, ao passo que o segundo grupo foi constituído por 4 informantes, que permaneceram na cidade de Barra Longa. Deste último grupo, foram extraídos 340 dados, dos quais (95%) representaram a ausência de artigo definido diante de antropônimos e (5%) a presença. Esse grupo foi denominado grupo de controle.

Foram selecionados, por Alves (2008), 10 grupos de fatores, sendo 5 de natureza linguística (forma como o antropônimo aparece, circunstância em que o antropônimo é citado, estrutura do sintagma nominal, item de enumeração e função

sintática) e 5 de natureza extralinguística (grau de intimidade do entrevistado com o referente, gênero, convívio com pessoas de Barra Longa, grau de contato com a cidade de origem e o tempo de permanência em Belo Horizonte). Todos os dados foram submetidos à análise do programa estatístico *Goldvarb/Varbrul 2001* e 5 fatores foram selecionados pelo programa, sendo 4 extralinguísticos e apenas 1 linguístico, dispostos na seguinte ordem de relevância: grau de contato com a cidade de origem, grau de intimidade do entrevistado com o referente, pertinência a redes ligadas a Barra Longa, função sintática e gênero. Em decorrência do fato de apenas um fator de natureza linguística ter sido apontado como significativo para o programa, a pesquisadora creditou a esse fenômeno, com relação as variáveis linguísticas, a função sintática surge como aliada do uso do artigo definido nas posições de objeto direto e indireto. Quanto às variáveis extralinguísticas, o único grupo de fatores relevante na fala dos jovens, que permaneceram em Barra Longa, foi o grau de intimidade entre o referente e o antropônimo, que favoreceu o uso de artigo definido; tanto no grupo de controle quanto no grupo de Belo Horizonte, quando estes se referiam a pessoas públicas. Porém, ocorria uma divergência nesses padrões quando o antropônimo se referia à pessoa pública.

No que diz respeito aos jovens que não conviviam com pessoas de Barra Longa, em casa ou em outros lugares, observou-se a tendência de fazer o uso do artigo, preservando menos o padrão de origem em relação àqueles que tinham um contato diariamente. A autora concluiu que a variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na fala de jovens de Barra Longa que moram em Belo Horizonte, estava associada a fatores sociais.

Já Campos Júnior (2011), buscou investigar a ausência/presença de artigo definido antes de antropônimos na cidade de Vitória-ES, e apresenta duas observações para os resultados obtidos em seu estudo: a primeira está ligada à possível referência ao conservadorismo linguístico na fala dos capixabenses, visto que a realização do artigo não tem uma frequência alta nessa variedade linguística; a segunda observação, foi a de que:

O nativo de vitória (ES) tem utilizado a língua com um recurso a na busca da manutenção de sua identidade ao longo da sua história. Primeiro, por décadas de descaso socioeconômico. Segundo, principalmente como retorno da reviravolta que economia local sofreu, pela grande invasão de pessoas oriundas de outros estados (CAMPOS JÚNIOR, 2011, p. 26-27).

À vista disso, foram apontadas as seguintes variáveis relevantes: gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e sexo/gênero do falante para a presença. Como a primeira variável, o autor verifica que, quando o antropônimo apresenta a forma feminina (por exemplo, a Maria), o peso relativo é maior, diferentemente, do que ocorre quando a forma em questão é o masculino (como por exemplo, o João). No que diz respeito aos traços supra-segmentais, o pesquisador explica que o ambiente prosódico possui um papel de importância no condicionamento total de 118/300 da ocorrência do artigo definido diante de antropônimo: pausa silenciosa (20%), pausa preenchida (25%), sequência contínua (50%) e alongamento (77%). Os resultados indicam que, no município de Vitória, a realização do artigo parece que é favorecida por segmentos fonológicos. Ainda no que diz respeito às variáveis extralinguísticas, Campos Júnior (2011) ressalta que as mulheres são mais conservadoras, uma vez que o padrão em Vitória é a tendência à ausência do artigo. Sobre a variável faixa etária, o autor aponta uma possível preferência ao uso do artigo na fala desses informantes com idade entre 15 a 25 anos (54%), ao contrário do que ocorre com a faixa etária acima dos 50 anos (20%).

No que tange Braga (2012), analisou-se a variação presença/ausência de artigo definido diante de antropônimo em Mariana, que pertence à região metropolitana de Belo Horizonte, e Uberaba, que pertence ao Triângulo Mineiro. O *corpus* foi composto por meio das 38 entrevistas orais, realizadas com 20 informantes de Mariana e 18 de Uberaba. Para análise dos dados, foi utilizado o programa *Goldvarb/2001*, que selecionou os seguintes grupos de fatores: informação sobre o antropônimo na sentença, estrutura do sintagma nominal - SN, função sintática do antropônimo, forma com que o antropônimo aparece na sentença e antropônimo como item de enumeração (variáveis linguísticas); e as extralinguísticas foram as seguintes: a região geográfica dos falantes e o grau de intimidade do falante com o referente.

Em Mariana, foram totalizadas 196 ocorrências de artigo definido diante de antropônimos, sendo que 63,6% das ocorrências coletadas eram de ausência do artigo definido, contra 36,4%, que apresentavam artigo definido motivado pelos seguintes fatores: antropônimo como item de enumeração e o grau de intimidade do falante com o referente. Assim, constatou-se que a estrutura preferida pelos falantes desta comunidade é constituída pela predominância da ausência de artigo definido diante de antropônimo em relação à presença. Na cidade de Uberaba, foram 170 dados de presença de artigo definido (82,1%), contra 17,9% de ausência. Dentre os

fatores testados, temos: tópico, sujeito, objeto direto, objeto indireto, aposto, predicativo e apenas a função sintática do antropônimo na sentença foi considerada como variável, estatisticamente, relevante para a presença do artigo quando os antropônimos se integram aos sintagmas nominais que desempenham a função do sujeito. Assim, pode-se observar que, para esta comunidade, a estrutura predominante, no que concerne ao uso do artigo definido, é motivada pela presença do artigo definido.

Com o propósito de estudar a presença/ausência de artigo definido diante de nomes próprios de pessoas (antropônimos) na fala dos moradores da cidade mineira de Ponte Nova-MG, Faria (2012) extraiu seus dados de um *corpus* que foi composto por 933 entrevistas realizadas por 16 informantes, em duas faixas etárias: 18 a 25 anos e acima de 60 anos. Os dados foram analisados no programa estatístico *Goldvarb/Varbrul* (2001). Assim, testaram-se os seguintes fatores linguísticos: antropônimo antecedido por preposição, circunstância em que o antropônimo é citado, antropônimo como item de enumeração; e quatro extralinguísticos: gênero, faixa etária, intimidade e pessoa pública.

Os três fatores linguísticos foram: antropônimo precedido por preposição, antropônimos citados ou não pela primeira vez e antropônimo com item de enumeração. Apenas o fator antropônimo antecedido por preposição foi relevante, pois favoreceu a presença do artigo definido com um total de 191 de ocorrências (23%). E, pela preposição, obteve-se 14%. A autora ressalta que os dois fatores (antropônimo com item de enumeração e antropônimo), citados pela primeira vez, não foram considerados na análise, visto que foi levado em:

[...] consideração apenas os casos em que os antropônimos apareciam em estrutura de genitivo, porém quando os dados foram verificados, percebeu-se que eram muito poucos de estrutura de genitivo e que o programa não conseguiu realizar as rodadas necessárias (FARIA, 2012, p. 57).

No que se refere aos fatores extralinguísticos, foram analisados gênero, faixa-etária, intimidade e pessoa pública. Nesses quatro fatores, dois foram considerados importantes pelo programa: faixa etária e pessoa pública. Quanto aos resultados da faixa etária, a autora considera que pessoas de 18 a 25 anos e acima de 45 anos, favoreceram o emprego do objeto estudado, com um total de 84 de ocorrências (26%). Já o fator pessoa pública, também selecionado significativo na análise, favorece a presença do artigo, com um total de 89 ocorrências (27%), quando

o antropônimo se referia a uma pessoa considerada pública (seja de âmbito regional ou nacional). Ao contrário disso, quando o antropônimo se refere a uma pessoa não-pública, a variante privilegiada é a ausência, com um total de 546 dados de ocorrência (90%). Vale destacar que, com base nos resultados apresentados, uma das hipóteses levantadas pela autora no início do trabalho foi a de que os falantes de Ponte Nova dão preferência à ausência de artigo definido diante de antropônimo.

Quanto à Siqueira (2013), analisou-se a ocorrência de artigos definidos diante de possessivos pronomes e antropônimos em dados de fala no município de Serra Talhada, em Pernambuco. Dessa forma, buscou-se averiguar como as variáveis linguísticas e extralinguísticas influenciam a ocorrência do artigo definido nos contextos linguísticos da fala dos informantes da comunidade analisada. Foram, portanto, selecionadas doze entrevistas informais, sendo composta a amostra, por 12 informantes de três faixas etárias: I - 10 anos, II - 20 a 39 anos e III - acima de 55 anos); e gêneros: masculino e feminino. Para tanto, selecionaram-se as seguintes variáveis: *status* informacional, tipo de informação e sintagma nominal. Em relação aos possessivos, foram selecionadas as variáveis: relação semântica, *status* informacional, pessoa do discurso e tipo de preposição. No total, foram 159 ocorrências para sintagmas com nomes próprios e 272 sintagmas para os pronomes possessivos. Em relação às variáveis linguísticas, a autora aponta a variável contexto, preposicionado como a mais influenciadora no uso do artigo definido, com 33,3% – porém, quanto maior o uso de preposição antes do nome, maior o uso de artigo. Já para as variáveis extralinguísticas, as faixas etárias I e II foram mais significativas, pois quando o informante é mais jovem, maior a tendência de uso do artigo, com 73% de dados.

Desse modo, Farias e Dias (2017) diagnosticaram as variáveis que têm efeito positivo ou negativo no uso do artigo definido diante de antropônimos em duas localidades: Ponte Nova, pertencente à Belo Horizonte, e Ouro Branco, que pertence à macrorregião central de Minas Gerais. Realizaram-se entrevistas com 8 falantes das duas cidades, selecionados de acordo com as seguintes faixas etárias: 18 a 24 anos e 40 a 60 anos. As autoras buscaram entender se a ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo é um caso de variação ou não nas duas localidades pesquisadas. Para tal, selecionaram-se os seguintes fatores linguísticos: antropônimo preposicionado, antropônimo citado pela 1ª vez, antropônimo com item de enumeração; e extralinguísticos: faixa etária, sexo, proximidade do falante com a

pessoa mencionada e antropônimo referindo-se à pessoa pública. Os resultados encontrados pelas autoras revelam 54% de presença do artigo definido contra 46% de sua ausência em Ouro Branco. Já, para a cidade de Ponte Nova, o resultado foi de 20% para a presença do artigo definido e 80% para a sua ausência, significando dizer que, em Ouro Branco, usa-se mais o artigo definido em comparação à cidade de Ponte Nova.

Cabe salientar que as autoras apresentaram os resultados de modo geral para cada comunidade pesquisada. Dentre os fatores linguísticos, somente o fator antropônimo referindo-se à pessoa pública demonstrou ser relevante, e os extralinguísticos, o sexo e a faixa etária, foram relevantes, também, para a cidade de Ponte Nova. Assim, as autoras usaram como referência, o trabalho de Amaral (2011), e também fizeram a comparação de alguns estudos que já abordaram sobre o uso do artigo definido – estudos estes que não mencionamos aqui, pois apenas ressaltamos o que foi feito pelas autoras.

No tocante à Sedrins, Pereira e Silva (2017), analisou-se o uso do artigo definido diante dos antropônimos e pronomes possessivos em duas cidades de Pernambuco: Carnaíba e Serra Talhada. A pesquisa pretende contribuir com o mapeamento da variação estudada no português brasileiro quanto à realização do artigo nos contextos mencionados, visto que são duas comunidades diferentes. Isso indica que há probabilidade de uma apresentar maior ou menor frequência em relação ao uso do artigo definido. Assim, para a obtenção dos dados, foram realizadas 24 entrevistas informais em cada município, totalizando 48 entrevistas. O *corpus* usado pelos autores foi composto por 1.603 sintagmas nominais selecionados. Os autores recorreram ao programa *GoldVarb X* e realizaram a codificação consoante às variáveis selecionadas para análise, que foram: o sexo, a escolaridade e a faixa etária. Já as variáveis linguísticas selecionadas para análise foram: função de sujeito, adjunto de nome e antropônimos.

Nessa linha, os autores focaram mais na discussão de variáveis linguísticas, como a função sintática e adjunto nominal, uma vez que foram as mais significantes, conforme resultados apresentados pelos pesquisadores. Vale ressaltar que Sedrins, Pereira e Silva (2017) não apresentaram, em seus resultados, os fatores, por ordem de relevância, que influenciaram na ocorrência do fenômeno.

No que se refere a Mendes (2017), em seu trabalho sobre a variação sintática do artigo definido diante de antropônimos em Abre Campo e Matipó, ambas

no estado de Minas Gerais, procurou-se entender o padrão do uso de artigo definido diante dos nomes próprios em atas, escrituras de testamentos e fala das duas cidades acima mencionadas, sob três vieses, entre o período de 1875 a 1975. A autora levantou hipóteses acerca da origem do padrão de cada localidade, sendo que as duas cidades são bastante próximas e têm o português como língua oficial, mas apresentam padrões opostos no que tange à ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Além disto, Mendes (2017) chegou à conclusão de que a cidade de Abre Campo apresenta a fala dos seus moradores marcada pela prevalência de artigo definido diante de nomes próprios, ao passo que, na cidade de Matipó, nota-se a ausência do artigo definido na fala dos moradores. Nesse contexto, percebe-se que, apesar de as duas cidades serem próximas e possuírem o português como a língua de comunicação diária, ambas não compartilham das mesmas regras para se comunicar.

Faz-se importante destacar que, mesmo sendo estudos baseados nos procedimentos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, não há consenso entre os autores no processo de levantamento de dados e na elaboração do envelope de variação; o que, muitas vezes, não colabora para que possamos fazer profundas comparações. Um exemplo disso é a existência de pesquisas que não mencionam o número total de dados, como o estudo de Mendes (2017). Também, há outros trabalhos que apresentam apenas suas frequências de ocorrências, como, por exemplo, a de Amaral (2003). Ademais, há trabalhos que não mencionam qual programa estatístico foi usado na análise dos dados, como o de Mendes (2017), que apenas apresentou resultados de algumas pesquisas que abordaram o fenômeno estudado, tornando difícil o entendimento de como foram selecionadas as variáveis condicionantes da regra em estudo. Por outro lado, vale ressaltar que alguns trabalhos apresentaram mais alguns dados dos estudos que já abordaram sobre o tema.

Ainda nestes estudos, demonstra-se que o uso do artigo definido diante de antropônimos constitui um caso de variação sintática da realidade linguística das comunidades investigadas. Observou-se, ainda, que no português brasileiro, de acordo com Alves (2008), o fenômeno da ausência/presença apresentou um aumento significativo do uso do artigo diante de antropônimos, levando-nos a constatar que esse fator não é específico de uma determinada comunidade de fala, e, por isso, faz-se necessário entender como os fenômenos ocorrem em outras localidades. Além disso, esses estudos se diferenciam do nosso, justamente, por fazermos uso do tipo

de inquérito DID na realização da pesquisa; mas é impossível negar que estas investigações, de alguma forma, colaboraram para que pudéssemos elaborar as nossas hipóteses e o envelope de variação do estudo.

No próximo capítulo, abordaremos os procedimentos metodológicos da nossa investigação.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tem como objetivo descrever os procedimentos metodológicos seguidos neste trabalho, tais como a caracterização da nossa pesquisa, apresentação do *corpus* e delimitação da amostra utilizada neste estudo. Além disso, mostramos como foi realizado o processo de seleção dos dados, como foi confeccionado o envelope de variação e a codificação dos dados e, por último, descrevemos a ferramenta utilizada para a quantificação dos resultados: o Goldvarb X.

4.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à abordagem, esta pesquisa possui natureza qualitativa-quantitativa. A respeito disso, Guy e Zilles (2007) ressaltam o seguinte:

Para desvelar tanto a estrutura linguística quanto a estrutura social, devemos, necessariamente, coletar grande quantidade de dados de muitos indivíduos; conseqüentemente, devemos enfrentar problemas ligados a controle de qualidade e confiabilidade, a manuseio e apresentação de dados, e a interpretação e inferência. Logo, parece justo dizer que toda pesquisa dialetal, seja ela geográfica ou social, é inerentemente quantitativa (GUY; ZILLES, 2007, p. 19).

Diante disso, pode-se observar que a pesquisa sociolinguística requer um grande volume de dados, exigindo, do pesquisador, uma amostra bastante significativa para melhor analisar o fenômeno variável e compreendê-lo. Outra explicação a respeito disso, se encontra em Minayo (2010), quando afirma que a pesquisa quantitativa busca compreender os fenômenos a partir da coleta de dados numéricos, indicando preferências, comportamentos, dentre outras ações dos indivíduos que pertencem a determinado grupo ou sociedade.

Quanto aos objetivos, define-se como pesquisa descritiva, uma vez que pretende descrever o fenômeno variável em estudo na comunidade de fala de Fortaleza-CE. Assim, Cordavo e Silveira (2009) salientaram que a pesquisa descritiva requer do pesquisador uma série de informações sobre o assunto pesquisado. Além disso, esse tipo de estudo tem como seu maior foco descrever, de maneira eficaz, os fatos e os fenômenos linguísticos ou sociais do fenômeno de uma dada comunidade ou realidade. A respeito disso, Triviños (1987) ressalta que “os estudos descritivos

podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação” (TRIVIÑOS 1987, p. 112, *apud*, SILVEIRA; CORDAVO, 2009, p. 35). Com isso, pode-se perceber que, às vezes, não existe, por parte do pesquisador, um exame crítico das informações recolhidas e os resultados podem ser equivocados.

Desse modo, faz-se importante entender que o ponto de partida de um estudo sociolinguístico é a comunidade de fala; porém, desenvolver uma pesquisa dessa natureza significa dar uma atenção especial aos contextos reais de interação entre os falantes que a compõem. Para isso, é necessário conhecermos a amostra e o *corpus* de onde a retiramos, o perfil dos nossos informantes, bem como o nosso envelope de variação. A seguir, apresentam-se o *corpus* e a amostra deste estudo.

4.2 *Corpus* e amostra

Valendo-se das considerações de Coêlho (2016), com o avanço dos estudos sociolinguísticos nos primórdios da década de 70, viu-se a necessidade de se criar mecanismos possíveis que esclarecessem, da maneira mais verdadeira possível, situações reais de fala em que se encontravam os falantes. Assim, surgiu a ideia de criar os bancos de dados compostos pelos modos de se expressar de certa comunidade linguística, que dessem conta da descrição e análise. Nesse sentido, torna-se necessário que todos os estudos de orientação variacionista tenham à disposição quantos bancos de dados forem necessários, a fim de que possam ser realizadas as devidas investigações – embora esta realidade, nem sempre, seja a predominante.

A amostra analisada em nossa pesquisa foi retirada do Projeto Português Oral Culto de Fortaleza (doravante PORCUFORT - Fase I⁴), que de acordo com Araújo, Viana e Pereira (2018), apresenta, ao todo, 73 informantes. Esse banco de dados foi montado com o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE), sob a coordenação do Prof. Dr. José Lemos Monteiro, com o objetivo de documentar e de descrever a variedade culta falada na época pelos fortalezenses na década de 1990.

Conforme orientam Araújo, Viana e Pereira (2018), a fase I do projeto foi desenvolvida, no período de 1993 a 1995, nos moldes do projeto NURC - Norma

⁴ Para esta pesquisa, usamos apenas a fase I do projeto PORCUFORT, já que hoje contamos com a fase II desse mesmo projeto.

Linguística Urbana Culta do Brasil, por não haver um banco de dados que contemplasse o falar culto do fortalezense. Para tanto, foram controladas as variáveis sexo (masculino e feminino), faixa etária (faixa I – 22 a 35 anos; faixa II –

36 a 55 anos; e faixa III – a partir dos 56 anos) e tipo de registro (DID – Diálogo entre Informante e Documentador; D2 – Diálogo entre Dois Informantes; e EF – Elocução Formal). Este último tipo de registro se caracteriza por ser, dentre os três aqui apresentados, o que apresenta maior grau de formalidade, enquanto o penúltimo, é considerado o registro de fala menos formal. O DID, por sua vez, é considerado um registro com grau intermediário de formalidade.

Atualmente, o PORCUFORT encontra-se sob a tutela da Profa. Dra. Aluiza Alves de Araújo, docente da UECE (ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2018), e os seus informantes são provenientes de 29 bairros da capital cearense, apresentando o seguinte perfil: fortalezenses natos, filhos de pais cearenses, residentes em Fortaleza; aqueles que estiveram fora da cidade, fizeram-no por um curto período, e todos possuem nível superior completo (ARAÚJO; VIANA; PEREIRA, 2018).

Dentre os tipos de registro disponíveis, selecionamos, exclusivamente, os DID (as entrevistas entre informante e documentador), por serem o tipo de inquérito em que o entrevistador interfere menos na fala do informante; havendo assim, menos trechos de entrevista com sobreposição de falas, que facilita, bastante, a coleta de dados. As normas de transcrição do PORCUFORT, de acordo com Araújo, Viana e Pereira (2018, p. 186), foram as mesmas adotadas por Castilho e Pretti (1986), que ditaram as normas para a realização das transcrições das entrevistas do Projeto NURC (projeto modelo para o PORCUFORT).

Antes das gravações serem feitas, preencheram-se as fichas de cada informante, com a descrição de suas características socioeconômicas e culturais, fazendo com que o documentador conhecesse melhor o entrevistado, além de assegurar-se de que, realmente, atendiam-se aos critérios do perfil pré-estabelecido. Nesse sentido, as gravações do PORCUFORT têm duração de 50 a 60 minutos aproximadamente. Quanto ao DID, a duração das entrevistas varia de 30 a 60 minutos para cada inquérito.

Em seguida, mostramos o Quadro 1, onde faz-se possível observar a distribuição dos informantes que compõem a nossa amostra estratificada por sexo (masculino e feminino) e três faixas etárias (22 a 35 anos; 36 a 55 anos; e 56 anos em diante):

Quadro 1- Distribuição dos informantes na nossa amostra

Sexo		
Faixa etária	Masculino	Feminino
I (22a 35 anos)	3	3
II (36 a 55 anos)	3	3
III (a partir de 56 anos)	3	3
Total	18	

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme demonstramos, a nossa amostra é composta por 18 informantes (09 homens e 09 mulheres), distribuídos em três faixas etárias, sendo que cada uma, conta com 06 informantes. Assim, temos 03 informantes por célula. Adiante, passemos a tratar da coleta dos dados em nosso estudo.

4.3 Seleção dos dados

Após a seleção de todas as ocorrências do nosso fenômeno na amostra de fala examinada, recortamos nosso objeto de estudo, e decidimos analisar apenas os dados em que há o artigo definido diante de antropônimos seguidos de preposição. Assim, deixamos, para publicar em outra oportunidade, o estudo dos antropônimos constituídos por sintagma nominal, a exemplo dos 30 dados encontrados referentes ao artigo definido no plural, dos quais apenas 10 estão diante de antropônimos (e também, em número plural), como em (1) e (2).

(1) da família pessoal dos Cordeiro/ e por conta disso né? ... (PORCUFORT Fase I, Inq. 22).

(2) a fábrica Pedro Filomeno GO::mes... a fábrica do::... dos DiOgos... a um:: a Brasil (PORCUFORT Fase I, Inq. 23).

Assim sendo, apresentamos, em seguida, o nosso envelope de variação e como foi feita a codificação dos nossos dados.

4.4 Envelope de variação e codificação dos dados

A teoria da variação é marcada por centrar-se na descrição e na explicação dos próprios fenômenos de natureza linguística. Nesse sentido, Scherre (1996) explica:

Cabe ao pesquisador variacionista identificar os fenômenos linguísticos variáveis de uma dada língua, inventariar suas variantes, definindo as variáveis dependentes, levantar as hipóteses que deem conta das tendências sistemáticas da variação linguística, operacionalizar as hipóteses a partir de variáveis independentes ou grupo de fatores de natureza linguística e não linguística, identificar, levantar e codificar os dados relevantes, submetê-los ao tratamento estatístico adequado e interpretar os resultados obtidos à luz das hipóteses levantadas (SCHERRE, 1996, p.43).

Desse modo, a análise sociolinguística quantitativa de qualquer fenômeno não visa apenas obter grande quantidade de dados e codificá-los. E essa questão fica evidente no estudo de Silveira e Córdova (2009), em que os autores afirmam que o método quantitativo, utilizado comumente nos estudos sociolinguísticos, não visa somente representar os dados numericamente:

[...] não se preocupa somente com a representação numérica, ou seja, com maior número dos informantes e/ ou quantidade de informação fornecida pelo sujeito pesquisado, mas, também o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização ou comunidade de fala (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

Nessa linha, faz-se interessante observar que, para a análise quantitativa de qualquer fenômeno linguístico, é preciso uma análise explicativa, guiada pelos resultados obtidos a partir da análise dos fatores linguísticos e extralinguísticos, assim como, pela confirmação das hipóteses levantadas no início deste estudo, que nos permitirão encontrar explicações para o fenômeno da ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. Desse modo, trataremos de apresentar, a seguir, a nossa variável dependente e as variáveis independentes.

De acordo com Labov (2008), *variável* é um lugar na gramática em que se localiza a variação de forma abstrata. Sendo assim, denominamos de variantes as formas individuais que *disputam* pela expressão da variável (COELHO *et al.*, 2015).

Ainda sobre isso, o autor afirma que se entende por variável as diversas formas de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade. Assim, a variável dependente deste estudo é constituída por duas variantes: a ausência e a presença de artigo definido diante de antropônimos. Quanto às variáveis independentes, controlamos 9 variáveis linguísticas, a saber: número do artigo, número do sintagma nominal, presença de preposição, tipo de antropônimo, traços suprasegmentais, presença de designador, quantidade de palavras do antropônimo, *status* informacional e extensão silábica; e 4 variáveis extralinguísticas: faixa etária, sexo, atitude do falante com relação ao antropônimo e proximidade do falante com o antropônimo.

Adiante, apresentamos as variáveis de natureza linguística que foram testadas neste trabalho, sendo a primeira delas, o número do artigo definido.

a) Número do artigo

Pretendemos analisar esse fator a fim de verificarmos se há contribuição no uso do artigo definido, embora os estudos resenhados por nós revelem que esses fatores (singular e plural) não foram analisados. Assim, vejamos os exemplos nos excertos 1 e 2:

(1) é:: mais a Argentina é o Maradona você pode ver que (PORCUFORT Fase I, Inq. 13).

(2) ao lado do banco do Brasil...e os:: Frota/... moraram (PORCUFORT Fase I, Inq. 14).

Nos exemplos, podemos encontrar artigo definido diante do antropônimo no singular, como no excerto (1). Também, verifica-se que o artigo definido diante do antropônimo está no plural, como em (2).

A seguir, apresentamos a nossa segunda variável, que é o número do sintagma nominal.

b) Número do sintagma nominal

Outro fator que também selecionamos para a nossa análise é o número do sintagma nominal, a fim de observarmos se há condicionamento no uso do artigo definido.

(3) sabia todos os sucessos de Roberto Carlos e Dantas de... (PORCUFORT Fase I, Inq 22)

(4) a fábrica do:.... dos DiOgos... (PORCUFORT Fase I, Inq 23)

A partir dos enunciados acima, na primeira sentença, pode-se observar que há mais que um antropônimo do que na segunda, a exemplo de: *Roberto, Carlos e Dantas*; enquanto, na segunda, temos somente um antropônimo: *Diogos*.

Dando seguimento, nossa terceira variável é a presença de preposição.

c) Presença de preposição

Quanto à presença de preposição, observamos como se comportam os fatores, isto é, as preposições 'em', 'para', 'de', 'a' e 'com' diante da ausência/presença do artigo definido. Levou-se em consideração, portanto, o estudo de Faria e Dias (2017, p. 14), que também testaram esse fator e observaram que a presença de preposição *a* e *de* favorecem a presença do artigo. Vejamos os excertos:

(5) ausência- e Ø o Parreira foi considerado... tirou quatro e meio (PORCUFORT Fase I, Inq. 37).^{5 6}

(6) a - e voltei ao P. e aceitei vim pra cá... (PORCUFORT, Fase I, Inq 33)

(7) *com* -. fui conversar com P.... e falei sobre essas ideas (PORCUFORT Fase I, Inq. 42).

(8) de - dancei... música... de Rita Lee Lulu Santos eu gosto... né? (PORCUFORT Fase I, Inq. 20).

(9) para- compramos ah conseguimos que eu fiz uma carta pro... pro:.... Sílvio Santo/ (PORCUFORT Fase I, Inq 21)

(10) em - NÃO votei nele... votei... no Lula... espero pelo meno/... (PORCUFORT Fase I, Inq. 150).

Nesse caso, nota-se a presença de distintas preposições nas sentenças, bem como artigo definido diante de antropônimo. Adiante, vejamos uma outra variável que também estaria influenciando a presença do artigo definido: o *status* informacional.

⁵ Salientamos que a transcrição dos dados do *corpus* do PORCUFORT foi baseada em Pretti (1999) para a transcrição de dados de fala.

⁶ Observamos, ainda, que consideramos nos dados as preposições com ou sem aglutinações. No caso do excerto (10): em + o = no; já no excerto (9): para + o = pro (aglutinação e síncope).

d) *Status* informacional

Em relação a essa variável, vale salientar que, dos estudos elencados por nós, anteriormente, apenas Siqueira (2013, p. 6) verificou, em seu trabalho, se os nomes próprios e possessivos eram elementos novos ou antigos no texto. Em outras palavras, foi a única que levou em consideração se a pessoa mencionada já havia feito a sua primeira entrada no discurso narrativo ou se já havia sido mencionada anteriormente. De acordo com a autora, essa variável não foi selecionada como relevante pelo programa estatístico Golvarb X, mas mesmo assim, por ser um fator pouco analisado, pretendemos verificar se ele motiva ou não o uso da regra aplicada em estudo. Assim, analisamos o efeito dos fatores abaixo:

(11) isso na Unifor... (PORCUFORT Fase I, Inq. 21/I)

(12) nao fiz pra terapia ocupacional na Unifor e fiz: dentro da da área- (PORCUFORT Fase I, Inq. 21/I)

Nesses excertos, podemos perceber que o falante já havia mencionado o nome logo no primeiro enunciado, assim como na segunda, que também há menção do nome no enunciado. Na sequência, apresentamos a nossa quinta variável.

e) Extensão silábica

No que diz respeito a essa variável, investigado por Costa (2007), observou-se sua relevância, apresentando peso relativo de 0.86. No nosso estudo, verificamos a quantidade de sílabas que um antropônimo apresenta, como nos fatores: monossílabo, dissílabo, trissílabo e polissílabo. Assim, é importante destacar que consideramos a extensão silábica apenas da primeira palavra, quando estivermos diante de um SN com mais de uma palavra, pensando na proximidade entre esta e o artigo. Vejamos os exemplos abaixo.

(13) Monossílabo- um terraço lá em cima cobertura... chamava Roof Garden... que (PORCUFORT Fase I, Inq. 23).

(14) Dissílabo- o desvio de de dinheiro no tempo do COLLor há:... cinco anos atrás... (PORCUFORT Fase I, Inq. 24).

(15) Trissílabo- como oficina do urubu... na Francisco Sá... certo?... (PORCUFORT Fase I, Inq. 28).

(16) Polissílabo- Taí. o Ribeiro que foi abrir três cinema.. (PORCUFORT Fase I, Inq. 29).

Assim sendo, passemos para a sexta variável: a quantidade de palavra de antropônimo do nosso estudo.

f) Quantidade de palavras do antropônimo

Em relação à essa variável, analisada por Amaral (2003), procuramos verificar, em nosso estudo, se há favorecimento na ocorrência do artigo definido diante de nomes próprios. Para tanto, estudamos os seguintes fatores: uma, duas, três ou mais.

(17) ela num deve ser exigida como a Ângela exige da gente... (PORCUFORT Fase I, Inq. 150).

(18) Ministro do Planejamento... o senador Zé Serra... de São Paulo... e eu Acho (PORCUFORT Fase I, Inq. 37).

(19) ... era... Pedro Filomeno Gomes .. que me deu muito apo::io muito entusiasmo (PORCUFORT Fase I, Inq. 43).

(20) ... nessa escola não" aqui o nome da escola né? José Valdo... eh José Valdo Ribeiro Ramos... (PORCUFORT Fase I, Inq. 43).

Diante disso, a quantidade de antropônimos nos dados acima é, respectivamente, a seguinte: em 17, temos um nome – Ângela; em 18, temos também, um nome – Zé- Serra; em 19, temos três nomes – Pedro Filomeno Gomes; e, por último, em 20, temos mais de três nomes – José Valdo Ribeiro Ramos. Assim, retomando nossas hipóteses sobre cada grupo de fator apresentado aqui, é notável que os fatores *uma, duas, três e quatro* demonstram condicionar o uso da regra variável.

A seguir, apresentamos a sétima variável de nossa análise: a presença do designador.

g) Presença de designador

Um designador, obstinadamente rígido, denomina a mesma coisa em todos os mundos possíveis, períodos, se essa coisa existe ou não naquele mundo, numa época ou local. Vale ressaltar que esse fator foi estudado por Farias e Dias (2017), e,

conforme as autoras, a presença de designador foi relevante por favorecer a realização do artigo definido diante de nome próprio. Portanto, pretendemos, neste estudo, verificar se a mesma variável condiciona a regra, testando os fatores presença/ausência, como observamos nos exemplos (21 e 22).

(21) presença- aqui no Ceará... na época era a dona Lorena... ela se credenciou junto a... (PORCUFORT Fase I, Inq 43)

(22) ausência- Ø CO:M Jorginho cabeçando ... assim como ele organiza as coisas (PORCUFORT Fase I, Inq 27)

Conforme se observa, no exemplo (21) há presença do designador – no caso, *Dona Lorena*; já em (22), Ø *CO:M*, há um apagamento do designador, ou seja, ausência do mesmo. Adiante, apresentamos a nossa oitava variável: traços suprasegmentais.

h) Traços suprasegmentais

Nessa variável, pretendemos testar os seguintes fatores: após pausa/pausa silenciada, entonação enfática e pausa silenciada. Isso, a fim de verificarmos se condicionam o uso do artigo definido diante de antropônimo na fala dos informantes da comunidade investigada. Vejamos os exemplos:

(23) Após pausa/pausa silenciada- Pronto aí vem as eleiÇÕES... Fernando Henrique Cardoso ga::nha... é:: eleito (PORCUFORT Fase I, Inq 50)

(24) entonação enfática- Bom isso daqui é um viaduto ali {da da ... da da Zé BASTos né?... (PORCUFORT Fase I, Inq 51)

(25) Pausa Silenciada- Nos países do primeiro mundo InglaTErra França Espanha Estados Unidos Alemanha onde: (PORCUFORT Fase I, Inq 52).

Na sequência, apresentamos a nona variável deste estudo: o tipo de antropônimo.

i) Tipo de antropônimo

Essa última variável controlada diz respeito ao tipo do antropônimo, que nos permite observar se o sintagma nominal refere o portador do nome próprio, como em (26); se não corresponde ao portador inicial do nome, mas que carrega a imagem da pessoa, conforme se verifica em (27); e, por último, se o sintagma nominal contém

o “ex-antropônimo” que nomeia uma família, produções culturais, científicas (epônimos), espaços físicos ou lugares, como em 28. Assim:

(26) é:: exatamente não tem outro igual ao Roberto Baggio não tem outro (PORCUFORT Fase I, Inq 53)

(27) é aquela história... a Maria vai com as outra/... (PORCUFORT Fase I, Inq. 54)

(28) em determinados locais ali na Tristão Gonçalves... (PORCUFORT Fase I, Inq 54).

Desse modo, apresentadas as variáveis linguísticas controladas em nossa análise, agora, passemos a elencar as variáveis extralinguísticas que fazem parte deste estudo. A primeira variável a ser abordada é a faixa etária.

a) Faixa etária

A faixa etária, de acordo com Monteiro (2000), é um fator bastante testado em pesquisas de cunho variacionista. A hipótese central que cerca esse fator orienta a existência de uma grande tendência dos falantes mais jovens usarem variante inovadora, enquanto os mais velhos, a variante conservadora. Diante disso, vemos que a faixa etária do falante pode ser determinante em alguns fenômenos, podendo oferecer indícios para casos mudança em progresso.

Dessa forma, Monteiro (2000) ressalta que:

O problema central é que a variação linguística detectada em função da idade do falante pode ou não denunciar a ocorrência de um fenômeno de mudança. [...] É possível realizar um estudo da mudança mediante a observação do comportamento linguístico de falantes em diversas faixas etárias. [...] Uma análise em tempo real esclarecerá se realmente se trata de uma mudança linguística ou se o fenômeno consiste numa variação própria da gradação etária (*age grading*). Raciocinemos: se os falantes modificam um hábito linguístico durante suas vidas, mas a comunidade como um todo não modifica o padrão, é claro que não se trata de mudança linguística. (MONTEIRO, 2000, p. 76-77, grifo do autor).

Quanto ao nosso fenômeno, Amaral (2003), Alves (2008), Faria (2012) e Campos Júnior (2011) controlaram essa variável, sendo ela, na maioria dos estudos, selecionada como fator relevante. Acreditamos que os falantes mais jovens fazem mais o uso de artigo definido, ponto que corroboraria a maioria dos estudos citados anteriormente. Por isso, trabalhamos com os fatores masculino e feminino. Assim, a segunda variável que apresentamos é o sexo biológico.

b) Sexo

O fator sexo, para Moreira (2015), apresenta um papel de suma relevância para a sociolinguística no que se refere à variação linguística. Embora não se tenha chegado a uma conclusão, dados preliminares demonstram que as mulheres tendem a propagar mudanças linguísticas e formas inovadoras. E com relação ao nosso fenômeno, Alves (2008), que controlou essa variável, constatou que os homens se mostravam pouco mais favorecidos da presença do artigo definido que as mulheres. Por isso, resolvemos investigar o comportamento de pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. Isto posto, a nossa terceira variável extralinguística é a proximidade do falante com o antropônimo.

c) Proximidade do falante com antropônimo

Quanto ao grau de intimidade do falante com a pessoa mencionada, Amaral (2003) verificou que a ocorrência do artigo era mais frequente nos contextos em que os falantes se referiam a pessoas públicas da região e do meio social em que conviviam; e menos frequente quando se referiam a pessoas famosas nacionalmente.

Dando seguimento, tecemos a quarta e última variável social deste estudo: a atitude do falante com relação ao antropônimo.

d) Atitude do falante com relação ao antropônimo

A variável em questão foi analisada por Amaral (2003) e Alves (2008). De acordo com o primeiro, a partir da checagem desse fator, verificou-se que o referente se direcionava a uma pessoa do meio social do falante, a uma pessoa famosa, ao prestígio que o informante tem na região ou a uma pessoa conhecida nacionalmente. Assim, o autor concluiu que esse fator se mostrou significativo em duas das três cidades estudadas. No nosso estudo, pretendemos verificar se esse fator condiciona o uso do artigo definido. Na sequência, apresenta-se a ferramenta estatística desta pesquisa.

4.5 Ferramenta estatística

A Sociolinguística variacionista conta com um suporte teórico-metodológico de caráter estatístico e com ferramentas de análise e quantificação de dados linguísticos. Essas ferramentas possibilitam análises para o estudo da variação linguística, dando ao pesquisador, a viabilidade de enxergar a sistematicidade, o encaixamento linguístico e social, assim como uma possível relação com mudanças linguísticas (GUY; ZILLES, 2007). A metodologia estatística, na Sociolinguística variacionista, torna-se fundamental para a análise da variação linguística, pois:

O uso de métodos estatísticos, contudo, tem permitido demonstrar o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade, solidariedade ao grupo local, comunidade de fala, prestígio e estigma, entre tantas outras (GUY; ZILLES, 2007, p. 173).

Dessa forma, através da introdução e formulação da noção de regra variável na Teoria da Variação e Mudança Linguística, os estudos variacionistas de linguagem possibilitam a compreensão e o reconhecimento de fenômenos variáveis existentes numa língua, numa comunidade de fala, e asseguram, com base teórica, sua existência e realização. Essas pesquisas utilizam a forma de análise quantitativa dos dados, realizada através do uso do pacote de programas VARBRUL (ou suas atualizações). O VARBRUL é um conjunto de

[...] programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística. A análise se chama 'multivariada porque permite investigar situações em que a variável linguística em estudo é influenciada por vários elementos do contexto, ou seja, múltiplas variáveis independentes (GUY; ZILLES, 2007, p. 105).

Em nosso caso, utilizamos, como já apresentado em nosso texto, o Goldvarb X (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Esse programa computacional nos dá a possibilidade de testar as variáveis ordenadas de acordo com o peso relativo (doravante PR), que contribui para a ocorrência de cada uma das variantes linguísticas (LABOV, 2008, p. 268).

Podemos dizer, ainda, que o PR é uma medida usada na sociolinguística variacionista para calcular o efeito de um fator condicionador na aplicação da regra variável, ou seja, o peso que um fator tem ao condicionar a ocorrência de uma variante estipulada por nós, como aplicação da regra (GUY; ZILLES, 2007, p. 206). A partir do PR, conseguiremos identificar se um determinado fator contribui ou não para a

aplicação de uma regra (exemplo: se o fator sexo feminino favorece o uso do artigo definido). O PR nos fornece apenas valores, os quais temos que interpretá-los, a fim de que possamos tirar nossas conclusões, pois sabemos que esses resultados dependem da análise e manipulação do pesquisador, e, assim, podemos gerar resultados concretos, compreensíveis, que nos apontem provas de covariação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.107).

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que os valores do PR vão de 0 a 1. Os PR gerados pelo programa que sejam abaixo de 0.50, são considerados desfavorecedores da regra de aplicação da análise; mas, se o PR for acima de 0.50, considera-o favorecedor. Já o PR que for, exatamente, 0.50, é considerado neutro, ou seja, não condiciona nem inibe o uso do artigo definido. É a partir do valor do PR, dado pelo programa, que conseguimos saber quais fatores favorecem ou inibem a regra, e quais fatores apresentam um papel neutro (GUY; ZILLES, 2007, p. 221-213). Desse modo, baseados nos dados estatísticos fornecidos pelo Goldvarb X, como PR, frequências e totais de aplicação, elaboramos os gráficos e tabelas analisadas e descritos a partir da perspectiva da Sociolinguística Variacionista. Para a utilização do programa estatístico, devemos escolher qual variante é dada como valor de aplicação, pois essa decisão depende dos objetivos da pesquisa (GUY; ZILLES, 2007, p. 228).

Diante todo o exposto, passamos a explorar o quarto capítulo do nosso estudo, que diz respeito à análise dos dados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

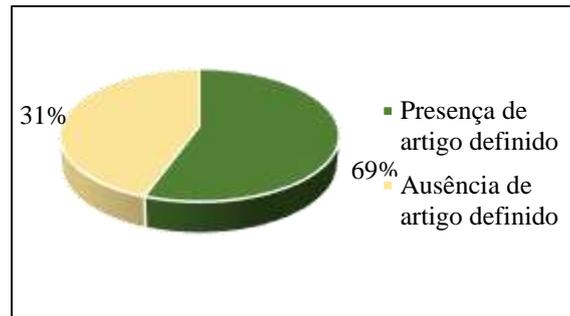
Este capítulo, em que apresentamos os resultados da análise estatística dos dados que foram submetidos ao programa computacional *Goldvarb X*, encontra-se organizado da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos os resultados gerais (frequências) sobre o fenômeno investigado, isto é, o artigo definido diante de antropônimos na fala culta de Fortaleza-CE; na segunda e terceira seções, por sua vez, trazemos a análise, propriamente dita, da atuação dos fatores linguísticos e extralinguísticos, respectivamente, sobre o referido fenômeno variável. Ratificamos que nossa análise variacionista deter-se-á às ocorrências que envolvem sintagmas nominais de contexto preposicionado.

5.1 Frequências gerais

No início desta pesquisa, levantamos a hipótese de que a presença de artigo diante de antropônimo na fala culta fortalezense, seria muito mais frequente do que a sua ausência. E, de fato, essa hipótese foi confirmada, ao analisarmos a presença/ausência do artigo definido diante de antropônimos na amostra do PORCUFORT Fase I, que elegemos como nosso material analítico. Primeiramente, foi feita uma análise com 15 grupo de fatores, na qual percebemos a ocorrência de dois nocautes, que foram dois grupos de fatores 5 e 6. Diante disso, resolvemos fazer a exclusão dos dados nocauteados.

Resolvidos os nocautes, obtivemos um total de 281 dados em nossa amostra, dos quais 194 (69%) são ocorrências relativas à presença de artigo definido diante de antropônimo e 87 (31%) são ocorrências correspondentes à ausência de artigo definido diante de antropônimo, conforme podemos visualizar no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Frequência de *presença* e *ausência* do artigo definido diante de antropônimos em nossa amostra



Fonte: Elaborada pela autora.

Assim sendo, os resultados mostrados no gráfico 1 comprovam que os falantes fortalezenses usam os antropônimos, preferencialmente, com o artigo. Esse comportamento linguístico se alinha a outras localidades brasileiras que exibem esse mesmo padrão, a exemplo de Uberaba, Ouro Branco e Campanha (cidades de Minas Gerais). Em Uberaba, de acordo com Braga (2012), a presença de artigo definido obteve 82,1 % contra 17,9% de ausência, que levou a autora a concluir que, para essa comunidade, a estrutura predominante quanto ao fenômeno em tela, era a presença do artigo definido. Já na cidade Ouro Branco, o fenômeno foi pesquisado por Farias e Dias (2017), que apontaram como resultado para esta comunidade, uma presença de 54% de artigo definido contra 46% de sua ausência. Na cidade de Campanha, por seu turno, Amaral (2003) encontrou, na distribuição das variantes para o fenômeno, mais casos de presença (75%) do que de ausência (35%) de artigo definido diante de antropônimo.

Portanto, os nossos resultados para a comunidade de fala culta fortalezense, ao serem comparados com os dessas outras variedades do português brasileiro, vêm corroborar que o uso do artigo definido diante de antropônimo é marcado pela presença do artigo diante de antropônimos, ou seja, os falantes dessa localidade fazem mais o uso do artigo definido. Na sequência, apresentamos nossa discussão analítica acerca das variáveis linguísticas selecionadas como relevantes para a realização do artigo definido diante de antropônimos em nossa amostra.

5.1.1 Atuação dos fatores linguísticos

Conforme mencionado na seção 3.4 do capítulo que aborda os procedimentos metodológicos, controlamos treze grupos de variáveis independentes,

sendo nove de natureza linguística e quatro de natureza extralinguística. A título de rememoração, os grupos de fatores linguísticos testados ao submetermos os dados à rodagem estatística foram: *número do artigo*, *número do sintagma nominal*, *presença de preposição*, *tipo de antropônimo*, *traços suprasegmentais*, *presença de designador*, *quantidade de palavras do antropônimo*; *status informacional*; e *extensão silábica*.

Após identificarmos as frequências gerais dos nossos dados, prosseguimos com a interpretação analítica, objetivando que a rodada multivariada nos fornecesse quais das variáveis linguísticas controladas eram favoráveis à presença de *artigo definido* diante de antropônimos no português culto de Fortaleza. Com efeito, a melhor rodada apresentada pelo Goldvarb X foi a de *Run # 67*, com *input* de 0,572⁷ e *significância* de 0,009⁸. Nesta rodada, retiramos dois nocautes⁹ referentes à variável *quantidade de palavras do antropônimo*, no qual os fatores 5 e 6 *palavras* apresentaram nocautes com nenhum dado para a aplicação da regra em estudo, que nos fez amalgamar os únicos dois dados desses fatores ao fator 4 *palavras*.

Após resolvermos os nocautes supracitados, o *Goldvarb X* selecionou como relevantes para a aplicação da regra (*presença de artigo definido*), na ordem do programa computacional, seis grupos de fatores, a saber: *número do artigo definido*, *presença de preposição*, *extensão silábica*, *quantidade de palavras do antropônimo*, *tipo de antropônimo* e *presença de designador*. Agora, vamos descrever esses 6 grupos de fatores relevantes para a presença de artigo definido diante de antropônimos em amostra da fala culta fortalezense.

5.1.1.1 Número do artigo

A variável *número do artigo* definido se afigura, na primeira posição, mais relevante para que ocorra a presença do artigo definido diante do antropônimo,

⁷ O *input* “representa o nível geral de uso de determinado valor da variável dependente” (GUY; ZILLES, 2007, p. 238).

⁸ O nível de significância é a margem de erro de uma pesquisa. Nas ciências humanas, tem-se como base o valor de 5%, valor também utilizado pelo Goldvarb X. O grau de confiabilidade dos resultados é balizado por esse valor de 5% de significância, pois como acrescenta Scherre (1993), “se o nível de significância for acima deste valor, previamente arbitrado, os resultados não são considerados estatisticamente significativos.” (p. 27).

⁹ O nocaute “é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente” (GUY; ZILLES, 2007, p. 158).

conforme sinalizado pelo programa computacional. É válido relatar aqui que, durante nossa codificação de dados, de todos os 30 dados encontrados de artigo definido no plural, apenas 10 destes são diante de antropônimos também em número plural, como em (2).

(1) é:: mais a Argentina é o Maradona você pode ver que (PORCUFORT Fase I, Inq. 13).

(2) ao lado do banco do Brasil...e os:: Frotas/... moraram (PORCUFORT Fase I, Inq. 14).

Adiante, a Tabela 1, como podemos observar, ilustra que o número plural do artigo definido é muito favorecedor da presença do artigo diante de antropônimo.

Tabela 1 – Efeito do número do artigo sobre a presença de artigo diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Plural	24/30=80%	0,826
Singular	464/848= 54,7%	0,486
Input 0, 572		Significance 0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Dessa maneira, com PR 0,826, o *número plural* do artigo é altamente favorecedor da regra por nós analisada. É pertinente evidenciarmos que os dados e o plural do artigo definindo estão relacionados, sobretudo, a grupos de pessoas como famílias, conforme as ocorrências¹⁰ dos excertos (3) a (5), a seguir.

(3) grupos tribais no Ceará que são os Tremembé e os Tapeba... Tremembé em (PORCUFORT Fase I, Inq. 24).

(4) a fábrica Pedro Filomeno GOMes. e a fábrica dos DiOgos... que possuíam no dos Brasil Oitocentista (PORCUFORT Fase I, Inq. 22).

(5) dos Frades... e a Ilha de:: Itama/ de ((voz de estranho)) Itaparica... exatamente... (PORCUFORT Fase I, Inq. 06).

¹⁰ Para facilitar a compreensão do leitor, destacamos, daqui por diante, o(s) fator(es) em questão com sublinhado e o antropônimo em *italico*.

Assim, outro grupo de fatores que se destacou como relevante para esta análise foi a presença da preposição, como discorreremos na próxima subseção.

5.1.1.2 Presença da preposição

Selecionada como a segunda variável relevante na rodada multivariada, a presença de preposição influencia, significativamente, a presença de artigo definido diante de antropônimo, tendo 4 preposições como favorecedoras da aplicação da regra, conforme sinaliza a tabela 2.

Tabela 2 – Efeito da presença ou ausência da preposição sobre a presença de artigo diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Em	54/60= 90%	0,931
A	9/10=89%	0,860
Para	6/7=85,7%	0,828
De	126/193=65,3%	0,603
Sem preposição	291/594=49%	0,403
Com preposição	2/14= 14,3%	0,092
Input 0. 572		Significance= 0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Como podemos observar na Tabela 2, os fatores preposição *em* (PR 0,931), *a* (PR 0,860), *para* (PR 0,828) e *de* (PR 0,603) mostram-se aliados à *presença de artigo definido*. Verifiquemos, portanto, o uso das preposições relevantes para a aplicação, a partir das ocorrências nos excertos que seguem, na ordem já destacada.

(6) NÃO votei nele... votei... no Lula... espero pelo meno/... (PORCUFORT Fase I, Inq. 37).^{11 12}

(7) cês podem ver é a Maria Fumaça... (PORCUFORT Fase I, Inq. 42).

¹¹ Salientamos que a transcrição dos dados do *corpus* do PORCUFORT foi baseada em Pretti (1999) para a transcrição de dados de fala.

¹² Observamos, ainda, que consideramos, nos dados, as preposições com ou sem aglutinações. No caso do excerto (6): em + o = no; já no excerto (8): para + o = pro (aglutinação e síncope).

(8) é preferível dar o essa esse mérito pro RoNALdo... que /tá iniciando aGOra... (PORCUFORT Fase I, Inq. 20).

(9) o meu problema é insignificante em relação ao... ao da Liane por exemplo... (PORCUFORT Fase I, Inq. 150).

Destacamos, inclusive, que os fatores desfavoráveis à presença de *artigo definido* diante de antropônimo (PR 0,403 para o fator *sem preposição* e PR 0,092 para a preposição *com*) são, automaticamente, favoráveis à *ausência do artigo definido*. Isso se explica pelo fato de que, em uma análise binária, consoante a Guy e Zilles (2007), as frequências e os PR de um fator para a *não aplicação* da regra variável (em nosso estudo, a *ausência do artigo definido*) são calculados a partir das frequências e dos PR deste mesmo fator para a *aplicação* da regra (em nossa pesquisa, a *presença de artigo definido*).

Isto posto, podemos ressaltar que os fatores *sem preposição* (0,403) e *com preposição* (0,92) são favorecedores da *ausência de artigo definido* diante de antropônimo, pois o peso relativo é complementar, isto é, os valores de desfavorecimento desses fatores, para com a variante de aplicação, indicam, por complementaridade, os valores de favorecimento para a variante de não aplicação – pois, somando-se ambos, temos o valor 1. Isso nos permite fazer interpretações de alguns dados sem, necessariamente, fazer rodadas estatísticas para analisá-los.

Adiante, prosseguimos nossa discussão analítica com a terceira variável selecionada como relevante para o favorecimento da *presença de artigo definido* perante antropônimos: a *extensão silábica* do antropônimo.

5.1.1.3 Extensão silábica

A variável *extensão silábica* consiste na quantidade de sílabas que um antropônimo contém. Assim, em nossos dados, quando nos deparávamos com ocorrências de antropônimos com mais de um sintagma nominal, consideramos a extensão silábica apenas da primeira palavra, tomando como parâmetro o fato desta se apresentar como o sintagma mais próximo ao artigo definido. Vejamos, na tabela 3, os resultados para esse grupo de fatores.

Tabela 3 – Efeito da variável *extensão silábica* sobre a *presença de artigo definido* diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Dissílabo	185/317 = 60.8	0,556
Trissílabo	191/314 = 58.4	0,543
Polissílabo	88/184 = 47.8	0,406
Monossílabo	24/63 = 38.1	0,293
Input 0, 572		Significance= 0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Com base nos resultados mostrados na tabela 3, observamos que apenas os antropônimos *dissílabos* (PR 0,556) e *trissílabos* (PR 0,543) são beneficiadores da *presença de artigo definido* diante de antropônimos. Observemos, nos excertos (10) e (11), como os dados dos dois fatores estão destacados na ordem de apresentação da tabela.

(10) pousou pra ele pra ser o *Cristo*... então ele encontrou todo os apo/ o:: todos os (PORCUFORT Fase I, Inq. 23).

(11) grupos tribais no Ceará que são os *Tremembé* e os *Tapeba*... *Tremembé* em (PORCUFORT Fase I, Inq. 24).

Vemos, pois, nos excertos em questão, que as palavras *Cristo*, *Tremembé* e *Tapeba* representam os dados de antropônimos *dissílabos* e *trissílabos* no *corpus* estudado. A partir da tabela 3, ainda, podemos perceber que os antropônimos *polissílabos* (PR 0,406) e *monossílabos* (PR 0,293) não favorecem a presença de artigo, permitindo-nos inferir que, pelo parâmetro da complementaridade já elucidada anteriormente, tais fatores são aliados à ausência de *artigo definido*.

Na sequência, discutimos, analiticamente, a variável linguística *quantidade de palavras do antropônimo*.

5.1.1.4 Quantidade de palavras do antropônimo

Sendo a quarta variável relevante para esta pesquisa, a *quantidade de palavras do antropônimo*, como o próprio nome já diz, está relacionada com o número

de sintagmas nominais (SN) que compõem o antropônimo. Para melhor explicitação, vejamos os excertos (12) a (15).

(12) ela num deve ser exigida como a Ângela exige da gente... (PORCUFORT Fase I, Inq. 150).

(13) Ministro do Planejamento... o senador Zé Serra... de São Paulo... eu Acho (PORCUFORT Fase I, Inq. 37).

(14) ... era... Franklin Monteiro Gondim... que me deu muito apoio muito entusiasmo (PORCUFORT Fase I, Inq. 43).

(15) ... nessa escola não" aqui o nome da escola né? José Valdo... eh José Valdo Ribeiro Ramos... (PORCUFORT Fase I, Inq. 43).

Consoante às ocorrências acima, é possível notar que todos os enunciados possuem antropônimos, como se segue na tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Efeito da variável *quantidade de palavras do antropônimo* sobre a *presença de artigo definido* diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Uma	278/459 = 60.6	0,562
Duas	168/327 = 51.4	0,454
Três	93/80 = 48.8	0,409
Quatro	3/10 = 30	0,086
Input 0.572		Significance = 0,009

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com a tabela 4, apenas o fator *uma palavra* (0,562) surgiu como favorecedor da aplicação da regra, como podemos verificar no excerto (12); enquanto que os demais fatores, *duas* (0,454) *três* (0,409) e *quatro* palavras (0,086), são aliados da não aplicação da regra em estudo. Em resumo: quanto mais palavras possui o SN antropônimo, menor a tendência de *uso do artigo definido*, como constatamos nas ocorrências dos excertos (13), (14) e (15).

Vale ressaltar que esse fator foi pesquisado por Amaral (2003), denominado como “posição do antropônimo no turno conversacional”, e os resultados obtidos pelo autor, não foram muito divergentes dos nossos, pois, para as duas cidades das três pesquisadas, o fator se mostrou relevante. Na cidade de Campanha, a presença do artigo é um pouco favorecida quando o antropônimo não está na posição inicial do turno conversacional, obtendo o peso relativo de 0,580, e muito desfavorecida quando está no início, com peso relativo de 0,140. Já na cidade de Paracatu, os resultados foram na mesma direção dos de Campanha, com a presença

do artigo sendo favorecida quando o antropônimo não está na posição inicial do turno conversacional (PR 0,570) e desfavorecida quando está no começo do turno conversacional (PR 0,190). Em Minas Novas, por sua vez, o fator posição do antropônimo no turno conversacional não foi selecionado como relevante pelo programa estatístico.

Nessa linha, Alves (2008) também investigou o fator, nomeado, no envelope de variação, como “circunstância em que o antropônimo aparece”, embora tal variável independente não tenha sido selecionada como relevante pelo programa usado para análise dos dados. Assim, a pesquisadora argumentou que “os resultados percentuais para esse grupo divergem do que diz a literatura sobre o assunto, isto é, o índice de presença de artigo diante de antropônimo é mais alto quando o antropônimo aparece pela primeira vez no discurso com o PR de 0,592 da presença e 0,230 da ausência” (ALVES, 2008, p.139). E, diante desses resultados, observamos que, em nosso estudo, o fator “uma palavra” foi apenas o que favoreceu o uso do artigo definido. Os três fatores restantes não condicionaram a regra em estudo, e, portanto, é perceptível que os resultados apresentados por Amaral (2003) e Alves (2008) vêm a somar os nossos resultados obtidos quanto a essa variável.

Na sequência, apresenta-se a análise da atuação da quinta variável relevante selecionada pela rodada multivariada do *Goldvarb X*: o tipo de antropônimo.

5.1.1.5 Tipo de antropônimo

A quinta variável relevante para esta pesquisa, *tipo de antropônimo*, faz uma distinção quanto ao referente do antropônimo do discurso – que, em nosso caso, é o falado. De acordo com Amaral (2010), os sintagmas nominais podem apresentar três tipos de referentes antropônimos: um primeiro grupo é o daqueles SN que se referem ao portador do nome próprio – a pessoa em si, ou seja, o referente ordinário que leva o nome próprio –, como o dado apresentado no excerto (16); num segundo grupo, estão aqueles SN que não correspondem ao portador inicial do nome, mas carregam a imagem da pessoa, “uma relação entre o referente e o antropônimo, a qual pode surgir a partir de uma propriedade ou de um produto do portador do nome próprio” (AMARAL, 2010, p. 83), ou ainda, uma interpretação metafórica, metonímica e uma interpretação qualitativa – o excerto (17) destaca esse tipo de antropônimo; num terceiro grupo, estão os SN que contém o “ex-antropônimo” (*idem*, p. 88,

destaques do autor) que não se refere, literalmente, ao dono do nome próprio, e sim, nomeia uma família, produções culturais, científicas (epônimos) e espaços físicos ou lugares. Vemos esse tipo de antropônimo destacado nos dados do excerto (18), como podemos ver a seguir:

- 16) é:: exatamente não tem outro igual ao Roberto Baggio não tem outro (Porcufo Fort Fase I, Inq 53)
 (17) é aquela história... a Maria vai com as outra/... (Porcufo Fort Fase I, Inq. 54)
 (18) em determinados locais ali na Tristão Gonçalves... (Porcufo Fort Fase I, Inq 55)

De acordo com a Tabela 5 os *Grupos 1* (0,551) e *2* (0,516) são os fatores que favorecem a regra de aplicação: os antropônimos relacionados a pessoas reais e os SN antropônimos que mantêm relação de propriedade ou produto como referente, como visualizamos nos excertos (17), (18). Vejamos a tabela traz os números relativos à variável em questão.

Tabela 5 – Efeito da variável *tipo de antropônimo* sobre a *presença de artigo definido* diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Grupo 1	355/629 =56,4%	0,551
Grupo 2	8/15 =53,3%	0,516
Grupo 3	125/234 =53,4%	0,364
Input 0.572		Significance= 0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Na sequência, apresentamos mais uma variável relevante para a *presença de artigo definido* diante de antropônimo: a *presença de designador*.

5.1.1.6 Presença de designador

Esse fator foi estudado por Farias e Dias (2017), que apontaram a presença de designador, e o consideram relevante por condicionar o uso do artigo definido diante de nome próprio com peso relativo de (0,387). Assim, é importante salientar que um designador, obstinadamente rígido, refere-se à mesma coisa em todos os mundos possíveis, período e se essa coisa existe ou não naquele local. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 6 – Efeito da variável *presença do designador* sobre a *presença de artigo definido* diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Presença	381/669 = 57.3	0,762
Ausência	107/209 = 51.2	0,238
Input 0.572		Significance=0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Na tabela 6, podemos visualizar que a presença do designador favorece a presença do artigo definido diante de antropônimo com PR de 0,762, enquanto ausência é de 0,238. Os trechos dos inquéritos a seguir demonstram as ocorrências sobre a presença do designador em relação à presença do artigo definido.

(19) aqui no Ceará... na época era a dona Lorena... ela se credenciou junto a... (PORCUFORT Fase I, Inq 43).

(20) Ø COM Jorginho cabeçando ... assim como ele organiza as coisas (Porcufort Fase I, Inq 27).

Até aqui, vimos que, de todos os fatores linguísticos analisados nesta pesquisa – número do artigo, número do sintagma nominal, presença de preposição, tipo de antropônimo, traços suprasegmentais, presença de designador, quantidade de palavras do antropônimo, *status informacional* e extensão silábica –, somente 6 fatores foram selecionados, estatisticamente, pelo programa como favorecedores do artigo definido. Ademais, evidenciamos que alguns estudos resenhados por nós, demonstraram que esses mesmos fatores linguísticos analisados, favorecem a *presença* do artigo definido diante de antropônimos em algumas cidades – conforme mencionamos no início da análise, por exemplo, no trabalho de Amaral (2003), Farias e Dias (2017) e Braga (2012). A seguir, apresentamos nossa discussão analítica sobre os efeitos dos fatores sociais analisados neste estudo.

5.2 Atuação dos fatores extralinguísticos

De acordo com Moreira (2015), é do conhecimento de todos que, nos trabalhos que adotam o quadro metodológico baseado nos estudos sociolinguísticos, as variáveis sociais são aquelas em que estão dentro da classe social do informante, tais como: idade, sexo, raça, atitude linguística do informante, etc. Portanto, é inevitável os trabalhos sociolinguísticos não traçarem suas análises considerando tais fatores.

Assim sendo, as variáveis extralinguísticas que controlamos, conforme nosso envelope de variação disposto em nossa metodologia, foram: *faixa etária; sexo; atitude do falante com relação ao antropônimo e proximidade do falante com o antropônimo*. Desses fatores, selecionaram-se apenas quatro como relevantes pelo programa estatístico Goldvarb X, os quais discutiremos na sequência, a saber: *faixa etária, sexo, atitude do falante com relação ao antropônimo e proximidade do falante com o antropônimo*.

5.2.1 Faixa etária

Agora, faz-se momento de discutirmos, analiticamente, a primeira variável social selecionada pelo programa como relevante para a rodada analítica: a *faixa etária*. Vejamos, a seguir, na tabela 7, a atuação desse grupo de fatores sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos na fala culta fortalezense.

Tabela 7 – Efeito da variável *faixa etária* sobre a *presença de artigo definido* diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Faixa etária 1	27/54 = 50	0,192
Faixa etária 2	61/84 = 72.6	0,299
Faixa etária 3	106/143 = 74.1	0,509
Input 0.572		Significação=0, 009

Fonte: Elaborada pela autora

Desse modo, é possível constatarmos, a partir da tabela em questão, que a faixa etária 3, sem dúvida, é a que mais favorece a presença do artigo definido, tendo PR de 0.509. Em contrapartida, as faixas etárias 1 e 2 não são aliadas à presença do artigo definido diante de antropônimos, com PR de 0,192 e de 0,299, respectivamente. Vale ressaltar que nossa hipótese inicial não foi confirmada, pois

prevíamos que a faixa etária 1 (isto é, as pessoas mais jovens), estaria influenciando o uso da aplicação da regra em estudo, mas os resultados de análise mostram o contrário. Porém, isso nos revela que, na comunidade investigada, as pessoas mais velhas procuram, de certa forma, preservar a fala culta fortalezense. Ao contrário, dos resultados aparentados por Braga (2012), Farias (2012) e Sequeira (2013), que apontaram que as pessoas mais jovens favorecem o uso do artigo definido diante de antropônimo nas comunidades investigadas.

5.2.2 Sexo

Alguns estudos apresentados anteriormente em nossa revisão de literatura, como os de Alves (2008) e Braga (2012), no que concerne ao fator sexo, mostraram a diferença entre homens e mulheres para alguns casos de variação linguística. Nesse contexto, sabe-se que, dependendo do objeto de estudo e das circunstâncias do discurso, as mulheres usam mais a língua de forma diferente, pois tendem a usar mais a norma culta em relação aos homens. Porém, em relação ao objeto desta pesquisa, o fator sexo *feminino* se mostrou relevante para o favorecimento da presença do artigo, como se pode observar na tabela 8, a seguir.

Tabela 8 – Efeito da variável sexo sobre a presença de artigo definido diante de antropônimos

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Masculino	153/103 = 67.3	0,444
Feminino	191/128= 77.	0,556
Input 0.572		Significance=0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme observamos na tabela, o fator *feminino* favorece mais a aplicação da regra, uma vez que apresenta o PR 0.556; o fator *masculino*, por sua vez, apresenta o PR de 0.444. Novamente, esse resultado comprova a hipótese prevista na literatura sobre o assunto das mulheres usarem a língua de forma diferente dos homens, por usarem mais a língua de forma mais padronizada (embora dependa da ocasião e do contexto).

Agora, na próxima seção, passemos a falar sobre outro fator significativo para este estudo: a atitude do falante com relação ao antropônimo.

5.2.3 Atitude do falante em relação ao antropônimo

A terceira variável extralinguística selecionada como relevante pelo programa computacional, foi a *atitude do falante em relação ao antropônimo*, cuja atuação é explanada na tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Efeito da variável *atitude do falante em relação ao antropônimo* sobre a presença de artigo definido

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Empatia	482/865 = 55.7	0,987
Apatia	6/11 = 54.5	0,013
Input 0.572		Significance= 0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando melhor a tabela em questão, vemos que o fator *empatia* beneficia a aplicação da regra, com PR de 0,987, enquanto que o fator *apatia*, apresenta. Em seguida, analisamos mais uma variável considerada pelo programa estatístico como relevante: proximidade com o falante.

5.2.4 Proximidade do falante com o antropônimo

Tabela 10 - Efeito da variável *proximidade do falante com o antropônimo* sobre a presença do artigo

(Continua)

Fatores	Aplicação/Total = %	Peso Relativo
Pessoa próximo/íntimo do meio do informante	274/492 = 59.1	0,560
Pessoa conhecido do informante	156/264 = 55.7	0,301
Pessoa conhecido nacionalmente/internacionalmente	58/122 = 47.5	0,139

Tabela 10 - Efeito da variável *proximidade do falante com o antropônimo sobre a presença do artigo*

		Conclusão
Input 0.572		Significance= 0, 009

Fonte: Elaborada pela autora.

Visualizamos, na tabela em questão, que apenas o fator antropônimo *Pessoa/local próximo/intimo do meio do informante* obteve 0,560, apontando como favorecedor da *presença de artigo definido* diante de antropônimos. Dessa forma, inferimos que, na fala culta de Fortaleza-CE, a presença de *artigo definido* diante de antropônimos é aliada à proximidade, ou mesmo, intimidade do falante com o antropônimo; e, assim, a tendência inversa é de que quanto maior for a distância do falante com o antropônimo – *conhecido nacionalmente/internacionalmente* (PR 0,301) e *conhecido nacionalmente/internacionalmente* (PR 0,139) –, maior é a tendência de ausência de *artigo definido* diante dele, como podemos observar nos excertos abaixo:

(16) é uma coisa que tem já... tem doentes lá segundo... a Waleska amiga minha... que (PORCUFORT Fase I, Inf 54).

(17) ela num deve ser exigida como a Ângela exige da gente... (PORCUFORT Fase I, Inq 54).

(18) aquele filme que:: surgiu nos últimos anos aí Rain Man né? Com Dustin Hoffman... (PORCUFORT Fase I, Inq 22).

Nesse sentido, vale frisar que esse fator denominado “grau de intimidade do falante com o referente” foi analisado por Amaral (2003) e Alves (2008). O primeiro autor, a partir da checagem desse fator, verificou que o referente se destinava a uma pessoa do meio social do falante, a uma pessoa famosa e ao prestígio que o informante tem na região ou a uma pessoa conhecida nacionalmente; e concluiu que esse fator se mostrou significativo em duas das três cidades estudadas. O segundo, por sua vez, obteve resultados relevantes para este grupo de fatores, tanto na comunidade de Barra Longa quanto para a cidade de Belo Horizonte.

Desse modo, apresentados os dados analisados neste estudo, passemos a tratar das considerações finais desta pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo estudar, à luz dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, a variação *ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos* no português culto da comunidade fortalezense. A hipótese inicial foi a de que os falantes de Fortaleza empregam mais a *presença* do artigo definido diante de antropônimos do que a *ausência*, que foi confirmada nos resultados gerais de nossa análise, indo ao encontro do que assevera Labov (2008): que a variação linguística está presente em todas as línguas naturais e pode ser influenciada por fatores, sejam linguísticos ou extralinguísticos.

Em nosso capítulo de teoria de base, expusemos os principais pressupostos da Sociolinguística Variacionista, que tem por interesse estudar a fala no seio da comunidade (isto é, a língua em uso), além de investigar quando um fenômeno pode sofrer uma variação estável ou uma mudança em progresso, assim como os fatores que motivam essa variação. Sendo assim, a fala, ao ser observada, pode ser descrita e examinada. Entretanto, quando se tem a atenção voltada para a língua em uso, nota-se a heterogeneidade linguística – axioma basilar dos estudos variacionistas.

No que diz respeito ao nosso recorte analítico, a presente pesquisa se desdobrou a partir da análise quantitativa e qualitativa de uma amostra do *corpus PORCUFORT Fase I*, estratificada em dezoito informantes de três faixas etárias (a primeira corresponde de 22 a 35 anos, a segunda de 36 a 55 anos e a terceira a partir dos 56 anos), sendo 9 informantes do sexo masculino e 9 do sexo feminino, todos com nível superior (graduados); para a análise quantitativa, usou-se a ferramenta estatística *Goldvarb X*. Os resultados encontrados confirmaram a hipótese inicial: que a *presença* do artigo diante de antropônimos seria mais frequente do que a *ausência*, pois dos 281 dados, 69% ocorreram com a *presença* do artigo e os 31% restante, com a sua *ausência*.

Quanto ao envelope de variação, testaram-se os seguintes fatores de natureza linguística: *número do artigo, número do sintagma nominal, presença de preposição, tipo de antropônimo, traços suprasegmentais, presença de designador, quantidade de palavras do antropônimo, status informacional e extensão silábica*; e controlados os seguintes fatores de natureza extralinguística: *sexo, faixa etária,*

atitude do falante com relação ao antropônimo e proximidade do falante com antropônimo.

Assim sendo, as variáveis relevantes selecionadas pelo programa computacional foram seis, nessa ordem: *número do artigo, presença de preposição, extensão silábica, quantidade de palavra de antropônimo, tipo de antropônimo e presença de designador*. Já, como hipótese refutadas, vimos que os três fatores linguísticos (*número de sintagma nominal, traço suprasegmental e status informacional*), tampouco, mostraram-se relevantes para análise, e foram descartadas na estatística.

Dentre os fatores sociais submetidos ao programa *Golvarb X*, selecionaram-se os seguintes: *faixa etária, sexo, atitude do falante com relação ao antropônimo e proximidade do falante com antropônimo*. Assim: 1) a análise do fator *faixa etária* concluiu que as pessoas mais velhas são favorecedoras da *presença* do artigo, resultado que contrariou a hipótese inicial de que as pessoas mais jovens favoreceriam a *presença* do artigo; 2) o resultado para o fator *sexo* demonstrou que às mulheres favorecem o uso do artigo em relação aos homens; 3) já no grupo *proximidade do falante com antropônimo*, vimos que o fator *pessoa conhecido do informante* favoreceu a *presença* do artigo definido – e esse resultado corrobora o que os gramáticos tradicionais apregoam, que o uso do artigo definido denota intimidade do falante com o referente do antropônimo.

Quando comparamos os fatores linguísticos e extralinguísticos, percebemos que os primeiros são mais relevantes como condicionadores da *presença* do artigo diante de antropônimo. Assim, este estudo descreveu o padrão dos falantes fortalezenses em relação ao uso do artigo definido diante de antropônimos, comprovando a hipótese inicial de que a *presença* é, de fato, bem mais marcada que a ausência. Mostrou-se, ademais, que essa variação *presença/ausência* está condicionada por alguns fatores das duas naturezas.

Em resumo, os resultados da análise desenvolvida nos permitem afirmar que a variação sintática *ausência/presença* de artigo definido diante de antropônimo na fala culta fortalezense está associada, sobretudo, a fatores linguísticos. Em outras palavras, afirmar isso significa dizer que, para o grupo, sob análise, a atitude de preservar mais ou menos a fala culta de Fortaleza-Ce na década de 1990, relaciona-se, diretamente, com variáveis sociais, isto é, variáveis ligadas à *proximidade do*

falante com antropônimo referente a pessoas reais, as palavras menos extensas, com menos palavras e faixa etária.

Levando em consideração que a língua é uma entidade de natureza política, falar dela, racionalmente, traz à tona pontos muito polêmicos de uma maneira ou de outra. Assim, Bagno (1999) atribui como origem do preconceito linguístico, a problemática criada entre língua e gramática normativa, isso porque, a gramática normativa não é sinônimo da língua e a língua é muito além que a gramática normativa. No entanto, socialmente, isso não é compreendido, fazendo necessário que a variação linguística seja uma temática presente na sala de aula, com o intuito de contribuir para a promoção e a democratização da diversidade linguística.

Desse modo, pode-se afirmar que o preconceito linguístico é resultado da não aceitação ou desconhecimento da variedade da língua presente nos mais variados espaços geográficos e nas diferentes classes sociais, ocasionada pela falta de noção de língua como uma propriedade heterogênea. Nesse sentido, nossa pesquisa pode contribuir não só no combate ao preconceito linguístico e na área do conhecimento da sociolinguística variacionista, mas também, na linguística e na linguística aplicada, uma vez que ambas são duas grandes áreas da ciência da linguagem. Ademais, acredita-se que se possa colaborar com a descrição de fala culto de Fortaleza-Ce, ampliando, portanto, o leque de estudo que poderá ser feito a respeito do fenômeno investigado por nós, e refletindo sobre a importância deste campo de estudo para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. P. M. **Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de pós-graduação em estudos linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/AIRR-7DJJ29>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- AMARAL, E. T. R. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- AMARAL, E.T. R. Contribuições para uma tipologia de antropônimos no português brasileiro. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 63-82, 2011.
- AMARAL, E. T. R. A importância do fator intimidade na variação ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos. **Revista veredas**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 116-127, dez. 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo084.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.
- ARAÚJO, A. A.; VIANA, R. B. M.; PEREIRA, M. L. S. O projeto descrição do Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT. **Web Revista SOCIODIALETO**, Igarapé-Miri, PA, v. 8, n. 24, p. 174-198, jun. 2018. Disponível em: <http://sociodialeto.ojs.galoa.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/39>. Acesso em: 20 maio 2019.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.
- BECHARA, I. **A moderna gramática portuguesa**. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.
- BRAGA, L. M. **Presença/ausência de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba- MG**. 2012. 120f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em estudos linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15418/1/d.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/7765959/CALVET_Louis_Jean_Sociolinguistica_uma_introducao_critica. Acesso em: 02 dez. 2019.
- CALLOU, D. A variação do português no Brasil: uso do artigo definido diante de antropônimos. **Série conferências**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 10, jun. 2000.

CALLOU, D.; PORTELA, K.; AVELAR, J. Dinâmica do específico e do genérico: artigo definido e construções existenciais. **Veredas, revistas de estudos linguísticos**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 81-88, dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25317>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CAMPOS JÚNIOR, H. S. **A variação morfossintática do artigo definido na capital Capixaba**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: www.periodicos.ufes.br/percursos/article/download/3178/2845. Acesso em: 02 jul. 2020.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic Theory**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995.

CHOMSKY, N. Novos Horizontes no Estudo da Linguagem. **D.E.L.T.A**, v.13, n. Especial, nov. 1997.

COELHO, I. L. et al. **Para Conhecer Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

CÓRDOVA, F. P.; SILVEIRA, D. T. A Pesquisa Científica. *In*: SILVEIRA, D.T.; CORDÁVA, F.P (orgs.). **MÉTODOS de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2009, p.31-42.

COSTA, L. T. A análise variacionista do rotacismo. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem-ReVEL**, v., n. 9, ago. 2007.

CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Lexikon, 2013.

FARIA, G. C. S.; DIAS, M. R. O artigo definido diante de antropônimo: um estudo comparativo entre as cidades mineiras de Ponte Nova e Ouro Branco. **Caletroscópio**, v. 5, n. 8, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/pp/index.php/caletroscopio>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FARIA, G. C. S. **Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimo na cidade mineira de Ponte Nova**: um estudo sociolinguístico. 2012. 71f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Programa de Pós-graduação em estudos linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-96TFKF>. Acesso: 02 mai. 2020.

FARACO, C. E.; MOURA, F. M. **Gramática**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1996.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa-instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUY, G.R. A Identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação linguística. **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, RS, v. 28, n.29. p. 17-32, 2000. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30194>. Acesso em: 20 set. 2020.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 389p.

LIMA, A.F.; MORAES, R. N. Uso do artigo definido diante de nome próprio nas capitais do norte do Brasil. **Revista Moara**, Belém, PA, v. 54, n. 162, p. 69-93, dez. 2019. Disponível em:

Com/search?q=Uso+do+artigo+definido+diante+de+nome+próprio+nas+capitais+do+norte+do+Brasil&. Acesso em: 02 dez. 2020.

MENDES, A. A. A variação sintática do artigo definido diante de antropônimos em Abre campo e Matipó: dados de língua escrita pretérita. **Caletroscópio**, Belo Horizonte, MG, v. 5, n. 8. jun. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-AA4MJG>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MENDES, S.T. P. **A ausência/presença do artigo definido diante de nomes próprios no português mineiro da comunidade de Barra Longa**: um caso de retenção? Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2010.

MOREIRA, B.S.S. **A formação docente e sensibilização do professor para a variação linguística**: uma análise do uso variável do artigo definido diante de antropônimo na escrita de estudantes da cidade baiana de Tucano. 2015. Dissertação (Mestrado profissional em letras) – Universidade Estadual do Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201370264D.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, C. A. R. **A negação no Português falado em Vitória-ES**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: [www.repositorio.ufes.br/bitstream/10/1465/1/A negação no](http://www.repositorio.ufes.br/bitstream/10/1465/1/A%20nega%C3%A7%C3%A3o%20no). Acesso em: 02 jul. 2020.

NAZÁRIO, M. L. **Variação e mudança linguística**: a emergência do artigo definido na língua latina. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em linguística, Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: http://www2.unucseh.ueg.br/vialitterae/assets/files/volume_revista/vol_3_num_2/Vol_3-2_9_NAZARIO_Variacao_mudanca_latim.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

OUSHIRO, L. **Identidade na Pluralidade. Avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade do São Paulo, São Paulo, 2015.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh and Windows. Toronto, Department of Linguistics, 2005. Disponível em:

http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref. Acesso em: 02 set. 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, M. M. P. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. *In*: SILVA, G. M. O.; SCHERRE, M. M. P (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p.40-55.

SEDRINS, A.P.; PEREIRA, D.K.F.; SILVA, C.R.T. O uso do artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em duas cidades do sertão pernambucano. **Caletroscópio**, Pernambuco, PE, v. 5, n. 8, p.12, jun. 2017.

Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/pp/index.php/caletroscopio>. Acesso em: 02 set. 2019.

SEIDE, M. S.; FRAI, P. H. Antroponímia comparada: um estudo sobre os nomes inovadores na antroponímia da Espanha e do Brasil. **Afluente**: UFMAL, v.4, n.12, p. 64-86, maio/ago. 2020.

SEVERO, C. G. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Revista vozes das letras**, São José de Rio Preto, SP, v. 1, n. 9, p. 1-17, 2008.

SIQUEIRA, A. L. S. Análise da ocorrência de artigos definidos diante de possessivos pré-nominais e antropônimos em dados de fala. *In*: JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 26., Pernambuco, PR, 2013. **Anais** [...] Pernambuco: Gelne, 2013. Disponível em: <https://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/883.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

XAVIER, V. R. D. Lexicologia, lexicografia e filologia: intersecções e especificidades epistemológicas. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, 12., Uberlândia, MG, 2011. **Anais** [...] Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2011_1001.pdf. Acesso em: 20 jun.2020.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.